



Classificação: documento ostensivo

Restrição de Acesso: não se aplica

Unidade Gestora: AJ/JUARH/GEJUR1 (Classificação conforme OS PRESI nº 001/2015 – BNDES)

## INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

**ÁREA DEMANDANTE:** ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

**ADVOGADO:** Leandro Gadelha Dourado Nogueira

**CONTRATO:** OCS Nº 017/2019– SAP nº 4400003606 – Inexigibilidade de Licitação nº 003/2019.

**CONTRATADA:** EDITORA FÓRUM LTDA.

**OBJETO DO CONTRATO:** Acesso à Biblioteca Digital Fórum, base de dados composta por 7 (sete) bibliotecas digitais (denominadas “Biblioteca Digital Fórum de Direito”, “Biblioteca Digital Fórum de Livros – 4ª Série”, “Biblioteca Digital Fórum de Livros – 5ª Série”, “Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros – 1ª Série”, “Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público”, “Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 4ª Série” e “Biblioteca Digital Fórum de Códigos”), com direito a 1 ponto de acesso corporativo, sem limite de usuários simultâneos, conforme especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, respectivamente, Anexos I e II do Contrato.

**VALOR:** até R\$ 188.883,00 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

**AUTORIZAÇÃO:** em 14/01/2019, pelo Chefe do AARH/DEPAD, no âmbito da IP AARH/DEPARH/GETEC nº 041/2018, de 03/12/2018.

**PRONUNCIAMENTO JURÍDICO NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:** por meio da Nota AJ/JUARH/GEJUR1 nº 009/2019, de 11/01/2019.

**FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO DIRETA:** art. 30, *caput*, da Lei nº 13.303/2016.

**DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 21/01/2019.

**CERTIDÕES (VALIDADE):**

CNEP: indeterminado

CEIS: indeterminado

CNJ: indeterminado

FGTS:

Receita Federal:

12/02/2019

12/02/2019

Leandro Gadelha Dourado Nogueira

Advogado – OAB/RJ 132.549

Gerente

AJ/JUARH/GEJUR1



Classificação do documento: ostensivo.  
Unidade gestora: AJ/JUARH

CONTRATO OCS Nº 017/2019


CONTRATO SAP Nº 4400003606

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE  
SI CELEBRAM O BANCO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL – BNDES E A EDITORA FÓRUM  
LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP 20031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **EDITORA FÓRUM LTDA.**, domiciliada em Avenida Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi, Belo Horizonte – MG, CEP 30130-012, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 41.769.803/0001-92, doravante denominada(o) simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2019, com fundamento no artigo 30, *caput*, da Lei nº 13.303/2016, autorizado em 14/01/2019, por intermédio da IP AARH/DEPARH/GETEC nº 041/2018, de 03/12/2018, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 3.10.170.0023, centro de custo BN00003000, observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Sistema BNDES, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o acesso à Biblioteca Digital Fórum, base de dados composta por 7 (sete) bibliotecas digitais (denominadas “Biblioteca Digital Fórum de Direito”, “Biblioteca Digital Fórum de Livros – 4ª Série”, “Biblioteca Digital Fórum de Livros – 5ª Série”, “Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros – 1ª Série”, “Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público”, “Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 4ª Série” e “Biblioteca Digital Fórum de Códigos”), com direito a 1 ponto de acesso corporativo, sem limite de usuários simultâneos, conforme especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUAARH/GEJURH

 1/18

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá duração de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditivo contratual, por períodos sucessivos, até o limite total de 60 (sessenta) meses.

### **Parágrafo Primeiro**

Até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual, cabe à **CONTRATADA** comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, o seu propósito de não prorrogar a vigência por um novo período, sob pena de se presumir a sua anuência em celebrar o aditivo de prorrogação.

### **Parágrafo Segundo**

Caso a **CONTRATADA** se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar, nos termos do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, ficará sujeita às penalidades previstas na Cláusula de Penalidades deste Contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução do serviço respeitará as especificações constantes da Proposta apresentada pela **CONTRATADA** e do Projeto Básico, respectivamente, Anexos II e I deste Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO**


O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor do Contrato, mediante Recibo, após verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Projeto Básico, sendo observado que o recebimento do objeto:

- I. constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- II. não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos bens entregues e/ou do serviço realizado; e
- III. não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

O **BNDES** pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ 188.883,00 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais), conforme Proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento, e a seguinte composição:

Contrato OCS nº 017/2019  
Contratante: BNDES  
Contratada: EDITORA FÓRUM LTDA.

  
Leandro D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132 549  
AJ/JUAARH/GEJ115111



Item	Produto	Quant.	Valor (R\$) 12 meses
1	Biblioteca Digital Fórum de Direito	01	101.874,00
2	Biblioteca Digital Fórum de Livros – 4ª série - 2016/2017	01	23.710,00
3	Biblioteca Digital Fórum de Livros – 5ª série - 2017/2018	01	23.710,00
4	Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros – 1ª Série	01	10.435,00
5	Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público	01	8.882,00
6	Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 4ª série 2016/2017	01	20.272,00
7	Biblioteca Digital Fórum de Códigos	01	Cortesia
Valor total R\$			188.883,00

**Parágrafo Primeiro**

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

**Parágrafo Segundo**


Na hipótese de o objeto ser, a critério do BNDES, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Terceiro**

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização à **CONTRATADA**.

**Parágrafo Quarto**

A **CONTRATADA** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua Proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua Proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

  
André G. D. Nogueira  
Gerente  
CAB/RJ 132 549  
UARH/GEJURH

#### CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, em três parcelas de igual valor, após 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias, contados a partir da data de assinatura deste Instrumento, por meio de crédito em conta bancária, a ser realizado em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (como nota fiscal, fatura, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**, observado o disposto no Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).


##### Parágrafo Primeiro

Para toda efetivação de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar 1 (uma) via do documento fiscal ou equivalente legal à caixa de e-mail [nfe@bndes.gov.br](mailto:nfe@bndes.gov.br), ou, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-917, no período compreendido entre 10h e 18h.

##### Parágrafo Segundo

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número SAP do Contrato;
- III. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- IV. período de referência da execução do objeto;
- V. nome e número do CNPJ da **CONTRATADA**, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VI. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
- VII. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da **CONTRATADA**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- VIII. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- IX. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- X. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso; e
- XI. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento.

  
Leonardo G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 117.544  
AJ/JUAAKPH0117

Contrato OCS nº 017/2019  
Contratante: BNDES  
Contratada: EDITORA FÓRUM LTDA.

#### Parágrafo Terceiro

Ao documento fiscal ou equivalente legal, deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que a **CONTRATADA** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade;
- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

#### Parágrafo Quarto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal à **CONTRATADA** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

#### Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.

#### Parágrafo Sexto

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela **CONTRATADA**.

#### Parágrafo Sétimo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.


### CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e a **CONTRATADA** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

#### Parágrafo Primeiro

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pela

Contrato OCS nº 017/2019  
Contratante: BNDES  
Contratada: EDITORA FÓRUM LTDA.

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAS nº 113.649  
Assinatura nº 113.649

5/18  


**CONTRATADA** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado da data da ratificação da Proposta (Anexo II deste Contrato), 11/01/2019, e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado no respectivo período, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

#### Parágrafo Segundo

A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação da **CONTRATADA**, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à **CONTRATADA** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- I. a **CONTRATADA** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e
- III. com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

#### Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar a **CONTRATADA** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na Proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à **CONTRATADA** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

#### Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou do encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste



- e/ou a revisão de preços;
- II. caso a assinatura do aditivo de prorrogação torne superveniente a ocorrência do fato gerador do reajuste, ou a divulgação do índice de reajuste ocorra após a prorrogação ou o encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;
  - III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pela **CONTRATADA** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
  - IV. caso a **CONTRATADA** não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos efeitos retroativos ou, caso o Contrato esteja encerrado, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

#### Parágrafo Quinto

Se o processo de reajuste e/ou revisão de preços não for concluído até o vencimento do Contrato, e este for prorrogado, sua continuidade após o reequilíbrio econômico-financeiro ficará condicionada à manutenção da Proposta da **CONTRATADA** como a condição mais vantajosa para o **BNDES**, podendo este:


- I. realizar negociação de preços junto à **CONTRATADA**, de forma a viabilizar a continuidade do ajuste, quando os novos valores fixados após o reajuste e/ou a revisão de preços estiverem acima do patamar apurado no mercado; ou
- II. rescindir o Contrato, mediante aviso prévio à **CONTRATADA**, com antecedência de 30 (trinta) dias, quando resultar infrutífera a negociação indicada no Inciso anterior.

#### Parágrafo Sexto

Na ocorrência da hipótese prevista no Inciso II do Parágrafo anterior, a **CONTRATADA** fará jus à integralidade dos valores apurados no processo de reajuste e/ou revisão de preços até o término do Contrato, não podendo, todavia, reclamar qualquer indenização em razão da rescisão do mesmo.

#### CLÁUSULA OITAVA – MATRIZ DE RISCOS

O **BNDES** e a **CONTRATADA**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo II deste Contrato.

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 102.040  
AJ/JUAANK/GERENTE

Contrato OCS nº 017/2019  
Contratante: BNDES  
Contratada: EDITORA FÓRUM LTDA.



#### Parágrafo Primeiro

O reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

#### Parágrafo Segundo

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA NONA – GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** prestou garantia, na modalidade caução em dinheiro, no valor de R\$ 9.444,15 (nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Contrato, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais, devendo observar as condições para a sua aceitação estipuladas a seguir, na hipótese de vir a substituir a referida garantia:

I. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

I.1) O Instrumento de Apólice de Seguro deverá prever expressamente:

- responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à futura **CONTRATADA**;
- vigência pelo prazo contratual;
- prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da futura **CONTRATADA** – ocorrido durante a vigência contratual – e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

II. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

II.1) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

- renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;
- vigência pelo prazo contratual;
- prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da futura Contratada – ocorrido durante a vigência contratual – e para a

comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

#### Parágrafo Primeiro

Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência do Contrato, utilização total ou parcial da garantia pelo **BNDES**, ou em situações outras que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pelo **BNDES** ou pactuado em aditivo ou em apostilamento, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula e no Projeto Básico.

#### Parágrafo Segundo

Nos demais casos de alteração do Contrato, sempre que o mesmo for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, a **CONTRATADA** deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo ou recebimento de carta de apostilamento ou aditivo epistolar, conforme o caso. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe à **CONTRATADA** obter nova garantia no mesmo prazo, prorrogável por igual período a critério do **BNDES**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução, em até 3 (três) dias a contar da notificação do **BNDES**.
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, comprovando ao **BNDES**,

sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a **CONTRATADA**, quando optante:

- a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
- b) enquadrar-se em alguma das exceções previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;

- VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** para a adequada execução do Contrato;
- IX. designar 1 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- X. observar, na execução do objeto do **CONTRATO**, todas as condições constantes da sua Proposta Comercial (Anexo II) e bem como as descritas no Projeto Básico (Anexo I);
- XI. cumprir, durante a execução do **CONTRATO**, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se desde já, que o **BNDES** poderá descontar de qualquer crédito da **CONTRATADA** a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal;
- XII. assegurar, aos empregados do **BNDES**, o acesso perpétuo e ilimitado (sem limite de acessos simultâneos) ao conteúdo digital contratado, mesmo mediante a não renovação do contrato;
- XIII. assegurar que o acesso ao conteúdo contratado também estará disponível para acesso externo ao **BNDES**, por extranet, por meio de *login* e senha informados pela **CONTRATADA** em até 2 (dois) dias úteis a partir da data de emissão da Nota Fiscal;
- XIV. assegurar que todos os periódicos disponíveis na Biblioteca Digital Fórum de Direito poderão ter seus artigos individuais baixados na íntegra em PDF, devendo a **CONTRATADA** garantir que o modo de visualização do conteúdo da plataforma não prejudique o download de artigos de seus periódicos;
- XV. garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo a **CONTRATADA** ser instada a intervir no processo; e
- XVI. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDOTA ÉTICA DA CONTRATADA E DO BNDES

A **CONTRATADA** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta em preceitos éticos e, em especial, na sua responsabilidade socioambiental.

##### Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, a **CONTRATADA** obriga-se, inclusive, a:

- I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- IV. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

##### Parágrafo Segundo

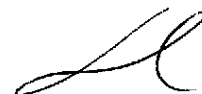
O **BNDES** recomenda, à **CONTRATADA**, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

##### Parágrafo Terceiro

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete à **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BNDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.



Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAS/SA  
Assessoria



**BNDES**Classificação do documento: ostensivo.  
Unidade gestora: AJ/JUARH**Parágrafo Quarto**

A **CONTRATADA** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br) ou requisitados ao Gestor do Contrato.

**Parágrafo Quinto**

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* ([www.bndes.gov.br/ouvidoria](http://www.bndes.gov.br/ouvidoria)); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

Caso a **CONTRATADA** venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**.

**Parágrafo Único**

Assim que solicitado pelo Gestor do Contrato, a **CONTRATADA** deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pelo **BNDES**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO BNDES**

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis, vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestor do Contrato, Roney Lorentz Oliveira, que atualmente exerce a função de gerente do AARH/DEPARH/GETEC, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do serviço, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. designar, como substituto do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, Margareth Ramos do Carmo Freitas, que atualmente exerce a função de Coordenadora do AARH/DEPARH/GETEC;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou o seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita à **CONTRATADA**;

Contrato OCS nº 017/2019  
Contratante: BNDES  
Contratada: EDITORA FÓRUM LTDA.

Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ nº 123.456  
Assinatura: LEORH1

12/18



- V. fornecer à **CONTRATADA**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VI. colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto deste Contrato; e
- VII. comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:
  - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
  - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
  - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da **CONTRATADA**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

##### **Parágrafo Primeiro**

É vedada a sucessão contratual, salvo nas hipóteses em que a **CONTRATADA** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais, previstos no Projeto Básico..

##### **Parágrafo Segundo**

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

##### **Parágrafo Terceiro**

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES**

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem



como em caso de mora, sem motivo justificado, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa:
  - a) até 0,5% (meio por cento) do objeto em mora, por dia de atraso na entrega do objeto contratado, incidente sobre o valor total do Contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;
  - b) de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, em virtude de qualquer descumprimento contratual não previsto nas alínea anterior, apurada de acordo com a gravidade da infração; e
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

#### **Parágrafo Primeiro**

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada à **CONTRATADA** a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

#### **Parágrafo Segundo**

Contra a decisão de aplicação de penalidade, a **CONTRATADA** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização de Contratos Administrativos do Sistema BNDES.

#### **Parágrafo Terceiro**

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

#### **Parágrafo Quarto**

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

#### **Parágrafo Quinto**

A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

#### **Parágrafo Sexto**

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

A sanção prevista no Inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:


- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento e os pequenos ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato, que poderão ser formalizados por meio epistolar. 

Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.345  
Advogado

Contrato OCS nº 017/2019  
Contratante: BNDES  
Contratada: EDITORA FÓRUM LTDA.

15/18



#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:


- I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;
- II. na ausência de liberação, por parte do **BNDES**, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;
- III. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita do **BNDES**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
- IV. quando for decretada a falência da **CONTRATADA**;
- V. caso a **CONTRATADA** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
- VI. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;
- VII. caso a **CONTRATADA** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- VIII. em função da suspensão do direito de a **CONTRATADA** licitar ou contratar com o **BNDES**;
- IX. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pela **CONTRATADA** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- X. em razão da dissolução da **CONTRATADA** e;
- XI. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.

#### Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

#### Parágrafo Segundo

Os casos de extinção contratual convencionados no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.049  
AJ/JUARH/OC

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

##### Parágrafo Primeiro

Integram este Contrato o Projeto Básico e a Proposta da Contratada, respectivamente, Anexos I e II ao presente Instrumento, no que com este não colidir, bem como com as disposições legais aplicáveis, observando-se que, ocorrendo conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus anexos, prevalecerá o disposto no Contrato e na legislação em vigor.

##### Parágrafo Segundo

Caso haja contradição entre os termos da Proposta da **CONTRATADA** (Anexo II) e do Projeto Básico (Anexo I), prevalecerá o estabelecido neste.

##### Parágrafo Terceiro

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

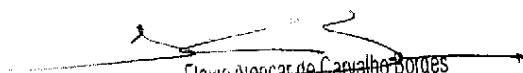
#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



As folhas deste Contrato são rubricadas por Leandro Gadelha Dourado Nogueira, advogado(a) do **BNDES**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 132.549, apenas para a conferência de sua redação, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2019.

  
Flavio Alencar de Carvalho Borges  
Chefe de Departamento  
AARH/DEPAD

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

**EDITORA FÓRUM LTDA.**



2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE/MG

Tabelião: João Carlos Nunes Junior

Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4600 - e-mail: cartorio@cartoriojaguarao.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de  
Luis Claudio Rodrigues Ferreira\*\*\*\*\*

Belo Horizonte, 21/01/2019 - 16:55:58 Magahira

(Emo: R\$5,30) : (TFJ R\$1,65) : (ISS R\$ 0,25) : Total: R\$7,20



Cartório de Notas  
Tabelião João Carlos Nunes Junior

Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA

CRI 62765



Classificação do documento: ostensivo.  
Unidade gestora: AJ/JUARH

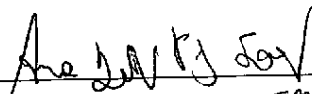
**Folha de assinatura de testemunhas do Contrato OCS nº 017/2019**

Testemunhas:



Nome/CPF:

Isabelle Sá de Senna  
121.740.467-84



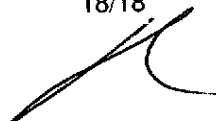
Nome/CPF: ANA BEATRIZ FARIAS AMANCIO SOARES  
132.629.277-32



Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUARH/GEJUR

Contrato OCS nº 017/2019  
Contratante: BNDES  
Contratada: EDITORA FÓRUM LTDA.

18/18



## ANEXO I

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'K' or similar character.

PROJETO BÁSICO - CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

FORNECEDOR:

Nome:	Editora Fórum Ltda.
CNPJ:	41.769.803/0001-92
Endereço:	Rua Paulo Ribeiro Bastos, nº 211 - Jardim Atlântico - CEP:31.710-430 - Belo Horizonte/MG
Representante:	Helena de Sousa Silva
Telefone:	(31) 2121-4909
E-mail:	helena@editoraforum.com.br


1. OBJETO

1.1 Este Projeto Básico (PB) objetiva a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da Editora Fórum Ltda. (Editora Fórum ou Fórum), para o provimento de produto de informação através da Biblioteca Digital Fórum, composta por 7 bibliotecas digitais listadas a seguir, com direito a 1 ponto de acesso corporativo, sem limite de usuários simultâneos, pelo período de 12 meses, prorrogáveis por sucessivos períodos até o limite de 60 meses, pelo valor total de até R\$ 188.883,00 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais), prorrogáveis por sucessivos períodos até o limite de 60 meses.

O acesso será corporativo (a todos os funcionários do BNDES), ilimitado, simultâneo e perpétuo ao conteúdo contratado e disponibilizado durante o período de vigência do contrato, mediante 1 login/senha, dos seguintes produtos que compõem a Biblioteca Digital Fórum<sup>1</sup>:

- **Biblioteca Digital Fórum de Direito**, com 51 periódicos, sendo 22 coleções, com mais de 3.000 volumes iniciais (este acervo inicial dos periódicos contratados é uma cortesia, conforme proposta do fornecedor no Anexo II), que reúnem ampla doutrina de renomados autores nacionais

<sup>1</sup> Os títulos dos itens de cada Biblioteca Digital contemplados no contrato, disponíveis através da Biblioteca Digital Fórum, estão listados no Anexo III da IP.


  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132 549  
AJ/JUAARRH/GEJ



e internacionais, jurisprudência selecionada e legislação das diversas áreas do Direito, além de conteúdos diversos, tais como entrevistas, tendências jurisprudenciais e informativo com atualização diária.

A Editora Fórum disponibiliza as Orientações Práticas, uma ferramenta de auxílio para esclarecimento sobre a prática do Direito Administrativo, exclusiva para assinantes das revistas Fórum Administrativo de Direito Público (FA) e Fórum de Contratação e Gestão Pública (FCGP), bem como do Informativo Fórum Jacoby de Gestão Pública, disponíveis na Biblioteca Digital Fórum de Direito. As perguntas são respondidas e enviadas por e-mail, em até 72 horas úteis, por uma equipe qualificada, sendo 60 perguntas para a FA, 60 perguntas para a FCGP e 12 perguntas para o Informativo, durante a vigência do contrato.


- **Biblioteca Digital Fórum de Livros – 4ª Série 2016/2017**, com um total de 104 títulos.
- **Biblioteca Digital Fórum de Livros - 5ª Série**, correspondendo à aquisição de um total de 104 títulos, sendo 56 livros que compõem o acervo inicial e outros 48 que serão disponibilizados na Biblioteca Digital até o final da vigência do contrato. Destaca-se o bônus oferecido ao Contratante nesta aquisição: a Editora Fórum disponibilizará gratuitamente, na Biblioteca Digital, as novas edições dos títulos adquiridos - inclusive das séries anteriores adquiridas, que forem publicadas na vigência do contrato, a fim de que o Contratante se mantenha atualizado durante todo o período contratado.
- **Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros – 1ª Série**, composta por 49 títulos de renomados autores da área do Direito Privado e do Direito Público. Esse acervo digital acompanha a excelência do selo editorial Del Rey.

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132 549  
AJ/JUAARH/GE.1. - 11



- **Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público**, composta por 15 livros do Prof. Jorge Ulisses Jacoby. Traz os benefícios da plataforma, como leitura simultânea, busca integrada e permanência por tempo indeterminado do conteúdo adquirido. Possibilita também a conversão de trechos dos textos para o formato PDF. Além disso, caso seja lançado novo título ou nova edição do autor, a Fórum disponibilizará gratuitamente, mantendo também a edição anterior, em até um ano após o encerramento da vigência do contrato.
- **Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 4ª Série 2016/2017**, correspondendo à aquisição do total de 103 vídeos exclusivos, sendo 73 vídeos que compõem o acervo inicial e outros 30 que serão disponibilizados na Biblioteca Digital até o final da vigência do contrato. Esses vídeos referem-se a palestras de consagrados juristas, tratando de temas que foram foco de debates em eventos realizados pela Fórum e parceiros.
- **Biblioteca Digital Fórum de Códigos**, oferecida como cortesia por 12 meses, que reúne o texto integral da Constituição Federal com notas remissivas e de todos os Códigos Brasileiros, atualizados diariamente, integrando-os à ferramenta de busca com o conteúdo completo da Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico, proporcionando melhor fundamentação e praticidade na pesquisa.

Como o acesso é ilimitado, toda a comunidade de servidores do BNDES poderá se servir do conteúdo sem restrição, sem que seja necessária a contratação de mais de uma assinatura. Por ser o acesso também perpétuo, mesmo se não houver renovação da assinatura todos os volumes já contratados estarão disponíveis para a consulta sem que haja qualquer restrição, por período de tempo indeterminado.



Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUAARH/GE.





## 2. VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 O Contrato a ser celebrado terá duração de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditivo contratual, por períodos sucessivos, até o limite total de 60 (sessenta) meses.

2.2 Até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual, cabe à CONTRATADA comunicar, por escrito, o seu propósito de não prorrogar a vigência por um novo período, sob pena de se presumir a sua anuência em celebrar o aditivo de prorrogação.


## 3. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. O fornecimento do serviço de bases de dados ocorrerá por meio de liberação do acesso corporativo (todos os funcionários do Sistema BNDES poderão utilizar o serviço simultaneamente) ao conteúdo da Biblioteca Digital Fórum de Direito que se encontra armazenado no endereço eletrônico <<http://www.bidforum.com.br>>. Em caso de mudança do endereço eletrônico para acesso ao conteúdo on-line, a CONTRATADA deverá comunicar o BNDES imediatamente, através do e-mail <[coped@bndes.gov.br](mailto:coped@bndes.gov.br)>.

3.6 As faixas de endereço IP do BNDES devem ser liberadas em até 2 (dois) dias úteis a partir da data de emissão da Nota Fiscal, permitindo que todos os funcionários do Sistema BNDES acessem simultaneamente a Biblioteca Digital Fórum de Direito. Havendo alterações das faixas de IP, após comunicação via e-mail do BNDES, a empresa terá 3 (três) dias úteis para efetuar as devidas alterações.

3.7 O BNDES deve ser avisado da liberação do acesso via IP por e-mail, endereço eletrônico <[editora@bndes.gov.br](mailto:editora@bndes.gov.br)>.

3.8 O acesso ao conteúdo contratado também estará disponível para acesso externo ao BNDES, por extranet, por meio de login e senha informado pela CONTRATADA em até 2 (dois) dias úteis a partir da data de emissão da Nota Fiscal.

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUAARH/GEI



3.9 O acesso ao conteúdo digital contratado, conforme listado no Anexo III da IP, deverá ser perpétuo, mesmo no caso da não renovação do contrato, aos funcionários do BNDES, devendo a CONTRATADA assegurar os meios para que o acesso seja permanente.



3.10 Todos os periódicos disponíveis na Biblioteca Digital Fórum de Direito poderão ter seus artigos individuais baixados na íntegra em PDF, devendo a CONTRATADA assegurar que o modo de visualização do conteúdo da plataforma não prejudique o *download* de artigos de seus periódicos.

4. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado, em parcela única, após a assinatura do contrato, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal (Nota Fiscal), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato a ser celebrado das obrigações contratuais assumidas pela futura CONTRATADA.

4.2 Os valores de cada item objeto deste Contato são os discriminados a seguir:

Item	Produto	Quant.	Valor (R\$) 12 meses
1	Biblioteca Digital Fórum de Direito	01	101.874,00
2	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 4ª série - 2016/2017	01	23.710,00
3	Biblioteca Digital Fórum de Livros - 5ª série - 2017/2018	01	23.710,00
4	Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros - 1ª Série	01	10.435,00
5	Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público	01	8.882,00
6	Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - 4ª série 2016/2017	01	20.272,00
7	Biblioteca Digital Fórum de Códigos	01	Cortesia (originalmente, R\$5.219,00)
Valor total R\$			188.883,00

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJJUAARH/GEJUR  


## 5. REAJUSTE DE PREÇOS

5.1 Para fins de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, o reajuste do preço contratado ocorrerá, mediante requerimento da CONTRATADA, a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado da data de apresentação da proposta, e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do índice IPCA acumulado no respectivo período, sobre o preço da proposta.

5.2 O reajuste deverá ser solicitado até a prorrogação do Contrato a ser celebrado, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador.

## 6. GARANTIA CONTRATUAL

A futura CONTRATADA deverá apresentar, antes da celebração do Contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.


## 7. MATRIZ DE RISCO

A futura relação contratual terá como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo. Por conta disso, identificam-se os riscos decorrentes da futura relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, ficam estabelecidos os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo deste Projeto Básico.

É vedada a celebração de aditivos ao contrato a ser celebrado, decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do fornecedor.


## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações previstas na Lei nº 13.303/2016, a futura CONTRATADA terá as seguintes obrigações:

  
Leandra D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AARRH/GER.




- I. observar, na execução do objeto do CONTRATO, todas as condições constantes da sua Proposta Comercial (Anexo II) e bem como as descritas neste Projeto Básico;
- II. cumprir, durante a execução do CONTRATO, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se desde já, que o BNDES poderá descontar de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal;
- III. designar 01 (um) empregado como responsável pelo CONTRATO firmado com o BNDES, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- IV. permitir amplo acompanhamento da prestação dos serviços contratados pela Gestora do CONTRATO indicada pelo BNDES;
- V. corrigir, sem ônus adicional para o BNDES, qualquer erro ou falha na execução do objeto, cumprindo todas as determinações do BNDES.
- VI. comunicar a imposição, a si ou a qualquer consorciada, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o BNDES, bem como a eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
- VII. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do Contrato a ser celebrado, podendo o BNDES, a qualquer momento, exigir da futura CONTRATADA a comprovação de sua regularidade;
- VIII. garantir que o objeto do Contrato a ser celebrado não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, know-how ou trade-secrets, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do BNDES, por acusação da espécie, podendo a futura CONTRATADA ser instada a intervir no processo;
- IX. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do

  
Leandro G. D. Mogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJJ/JUAARH/GEJURH



Sistema BNDES (BNDES e suas subsidiárias) na execução do objeto;

- X. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente, empregado do Sistema BNDES ou autoridade do ente público a que o sistema BNDES estiver subordinado, nos termos do artigo 38, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 7.203/2010, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- XI. observar o Código de Ética do Sistema BNDES vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema BNDES, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;
- XII. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;
- XIII. manter o mais completo e absoluto sigilo sobre dados, materiais, documentos e informações a que vier a ter acesso, direta ou indiretamente na execução do objeto, bem como assegurar que os profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto do Contrato, obedecerão às regras de sigilo impostas pelo BNDES. Este compromisso será formalizado por meio da assinatura de Termo de Confidencialidade pelo representante legal da CONTRATADA;
- XIV. assegurar, aos empregados do BNDES, o acesso perpétuo e ilimitado (sem limite de acessos simultâneos) ao conteúdo digital contratado, mesmo mediante a não renovação do contrato;
- XV. assegurar que o acesso ao conteúdo contratado também estará disponível para acesso externo ao BNDES, por extranet, por meio de login e senha informado pela CONTRATADA em até 2 (dois) dias úteis a partir da data de emissão da Nota Fiscal;
- XVI. assegurar que todos os periódicos disponíveis na Biblioteca Digital Fórum de Direito poderão ter seus artigos individuais baixados na íntegra em

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJJ-00AARH/GEJ, 11/11



PDF, devendo a CONTRATADA garantir que o modo de visualização do conteúdo da plataforma não prejudique o *download* de artigos de seus periódicos; e

- XVII. reparar eventuais defeitos do objeto contratado, sem quaisquer ônus para o BNDES, em até 3 (três) dias a contar da notificação do BNDES.


## 9. OBRIGAÇÕES DO BNDES

Constituem obrigações do BNDES:

- I. realizar os pagamentos devidos à futura CONTRATADA;
- II. fornecer à futura CONTRATADA, quando solicitado ao Gestor do Contrato a ser celebrado, cópia do Código de Ética do Sistema BNDES, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema BNDES e da Política Corporativa de Segurança da Informação do BNDES;
- III. colocar à disposição da futura CONTRATADA todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto do Contrato; e
- IV. comunicar à futura CONTRATADA, por escrito:
  - quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
  - a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da futura CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para defesa; e
  - a aplicação de eventual penalidade.

## 10. CESSÃO DE CRÉDITOS, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

9.1 É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do Contrato a ser celebrado, bem como a emissão, por parte da futura CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUAARH/GEJURIA



9.2 É vedada a sucessão contratual, salvo nas hipóteses em que a futura CONTRATADA realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos requisitos previstos no contrato a ser celebrado.

9.3 É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Projeto Básico.

## 11. PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo BNDES ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, a futura CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:


- I. advertência;
- II. multa de:

- a) até 0,5% (meio por cento) do objeto em mora, por dia de atraso na entrega do objeto contratado, incidente sobre o valor total do objeto, limitada a 10% (dez por cento) do valor total da contratação, em caso de não cumprimento dos prazos de execução previstos no CONTRATO;

- b) até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do Contrato a ser celebrado, em virtude de qualquer descumprimento contratual não previsto na alínea anterior, apurada de acordo com a gravidade da infração; e

- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

No caso de descumprimento da obrigação principal, o BNDES enviará carta ou e-mail à CONTRATADA solicitando a devolução dos valores antecipados, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades acima listadas.

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AARH/GERENTE




## 12. EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1 O Contrato a ser celebrado poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

- I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste Projeto Básico;
- II. quando for decretada a falência ou insolvência da CONTRATADA;
- III. na hipótese de descumprimento do previsto no item “Cessão de Créditos, Sucessão Contratual e Subcontratação”;
- IV. caso a CONTRATADA seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- V. em função da suspensão do direito de a CONTRATADA licitar ou contratar com o BNDES;
- VI. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, cometido pela CONTRATADA no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- VII. em razão da dissolução da CONTRATADA; e
- VIII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.

11.2 Os casos de extinção contratual convencionadas nos subitens acima deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte da relação contratual e oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUAARH/GF/11





### 13. FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes do contrato a ser celebrado, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.




Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUAARH/GEJURH




**ANEXO - MATRIZ DE RISCO**

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco Atinente Ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência da Contratada na execução contratual.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercute no preço contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	BNDES

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJJUAARH/OT 117





Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro da Contratada.	Planejamento tributário.	Contratada
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratada
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão-de-obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço .	Reajuste anual de preço.	BNDES
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUAARH-DEP



Risco da Atividade Empresarial	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão-de-obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Repactuação anual de preço.	BNDES
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao apurado conforme Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais da Contratada alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratada
Risco Tributário e Fiscal (não tributário).	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratada

  
Leandro D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132 549  
AARH/GER



## ANEXO II

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'R'.

Proposta 16.059/17

Belo Horizonte, 12 de dezembro 2017.

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

Prezados Senhores,

A Editora Fórum, editora especializada em periódicos e livros jurídicos, com vinte e seis anos de tradição, apresenta proposta para aquisição da assinatura da Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico. Evolução da BID - Biblioteca Digital Fórum, a Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico, proporciona aos nossos assinantes uma experiência inédita.: pesquisar, ao mesmo tempo, em periódicos, informativos, livros, códigos, vídeos e conteúdos exclusivos, de forma fácil, rápida e segura.

O modelo de negócio permite acesso ilimitado, simultâneo e perpétuo do conteúdo contratado, estendido a todo o período anterior. Isso significa que pelo mesmo valor de uma (1) assinatura anual, o contratante terá acesso também a todo o conteúdo dos anos anteriores.

Como o acesso é ilimitado, toda a comunidade de servidores públicos do BNDES poderá se servir do conteúdo sem restrição, sem que seja necessária a contratação de mais de uma assinatura. Por ser o acesso também perpétuo, mesmo se não houver renovação da assinatura todos os volumes já contratados estarão disponíveis para a consulta sem que haja qualquer restrição, por período de tempo indeterminado. A busca semântica e ampla indexação também reduzem a dependência dos usuários na pesquisa, otimizando o tempo com consultas. Também o recurso de copiar e colar torna as pesquisas ainda mais ágeis. Por ser digital, reduz o trabalho com questões logísticas de empréstimo e armazenamento seus diversos volumes. Todos estes pontos tornam clara a vantagem econômica em contratar a Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico.

**Objeto: A Plataforma Fórum Conhecimento Jurídico é composta por:**

- 1) Biblioteca Digital Fórum de Direito
- 2) Biblioteca Digital Fórum de Livros - Assinatura – 4ª série 2016/2017
- 3) Biblioteca Digital Fórum de Livros - Assinatura – 5ª série 2017/2018
- 4) Biblioteca Digital Fórum Del Rey – Assinatura – 1ª série
- 5) Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público
- 6) Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – Assinatura – 4ª série 2016/2017
- 7) Biblioteca Digital Fórum de Códigos

**Descrição**

**1) Biblioteca Digital Fórum de Direito** - São 51 periódicos, sendo 22 coleções, com mais de 3.000 volumes iniciais\*, que reúnem ampla doutrina de renomados autores nacionais e internacionais, jurisprudência selecionada e legislação das diversas áreas do Direito, além de conteúdos diversos, tais como entrevistas, tendências jurisprudenciais e informativo com atualização diária. A relação completa dos periódicos consta no Anexo I.

**Biblioteca Digital Fórum de Livros:** A BID Livros é composta por séries com obras publicadas pela



Editora Fórum nas diversas áreas do Direito. Tem como funcionalidades da plataforma: leitura simultânea, busca integrada, permanência por tempo indeterminado do conteúdo adquirido e opção de conversão de trechos dos textos para o formato PDF. Além de todos estes benefícios, traz mais uma vantagem: caso algum título tenha nova edição\* em até um ano, a partir da data de aquisição, a Editora Fórum disponibilizará gratuitamente e manterá a edição anterior.

**2) Biblioteca Digital Fórum de Livros – 4ª série:** Composta por 104 títulos, a 4ª série possui todas as funcionalidades da BID Livros. A relação completa dos títulos consta no Anexo I.

**3) Biblioteca Digital Fórum de Livros – 5ª Série (2017/2018):** A assinatura da 5ª Série, corresponde à aquisição pelo Contratante, do total de 104 títulos, sendo 56 livros que compõem o acervo inicial e outros 48 que serão disponibilizados na Biblioteca Digital até o final da vigência do contrato. Possui todas as funcionalidades da BID Livros. Destaca-se o bônus oferecido ao Contratante nesta aquisição: a Editora Fórum disponibilizará gratuitamente, na Biblioteca Digital, as novas edições\*\* dos títulos adquiridos - inclusive das séries anteriores adquiridas, que forem publicadas na vigência do contrato, a fim de que o Contratante se mantenha atualizado durante todo o período contratado. A relação parcial dos títulos, consta no Anexo III\* e os demais títulos serão disponibilizados no decorrer do ano de 2018.

*\*\*Exceto quanto aos títulos que deixarem de ser publicadas pela Editora Fórum, em decorrência de rescisão ou término do contrato de edição celebrado entre a Editora e o titular, permanecendo a última edição adquirida.*

**4) Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros – 1ª Série:** A Bid Del Rey é composta por 49 títulos de renomados autores da área do Direito privado e do Direito público. Esse acervo digital acompanha a excelência do selo editorial Del Rey. A relação completa dos títulos consta no Anexo IV.

**5) Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público –** Assinatura anual composta por 15 livros do Prof. Jorge Ulisses Jacoby traz os benefícios da plataforma, como leitura simultânea, busca integrada e permanência por tempo indeterminado do conteúdo adquirido. Possibilita também a conversão de trechos dos textos para o formato PDF. Além disso, traz mais uma vantagem: em caso seja lançado novo título ou nova edição\* do autor, a Fórum disponibilizará gratuitamente, mantendo também a edição anterior, durante a vigência do contrato. Relação dos livros no Anexo V.

*\*Exceto quanto aos títulos que deixarem de ser publicadas pela Editora Fórum, em decorrência de rescisão ou término do contrato de edição celebrado entre a Editora e o titular, permanecendo a última edição adquirida.*

**Biblioteca Digital Fórum de Vídeos:** A integração das palestras à Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico corresponde ao acesso a ensinamentos que ainda não foram escritos. Um tema pesquisado em periódicos, livros e códigos terá uma busca simultânea também na Biblioteca de Vídeos. Além disso, todos os vídeos possuem referência normalizada segundo as regras da ABNT, para que possam ser citados da mesma maneira que o conteúdo escrito. Destaca-se a permanência por tempo indeterminado do conteúdo adquirido e a possibilidade de gerar conteúdo para EAD do cliente. É expressamente vedado a reprodução dos conteúdos, a título oneroso. E a título gratuito mediante expressa e prévia autorização da Fórum.

**6) Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 4ª Série 2016/2018:** A assinatura da Biblioteca Digital

Fórum de Vídeos 4ª Série, corresponde à aquisição, do total de 103 vídeos exclusivos, sendo 73 vídeos que compõem o acervo inicial e outros 30 que serão disponibilizados na Biblioteca Digital até o final da vigência do contrato. Os referidos vídeos referem-se a palestras de consagrados juristas, tratando de temas que foram focos de debates em eventos realizados pela Fórum e parceiros. Relação dos vídeos consta no Anexo VI\*.

\*Eventualidade de alterações, em razão de força maior por questões técnicas ou na impossibilidade da participação dos palestrantes nos eventos que ainda serão realizados.

**7) Biblioteca Digital Fórum de Códigos** – Reúne o texto integral da Constituição Federal com notas remissivas e de todos os Códigos Brasileiros, atualizados diariamente, integrando-os à ferramenta de busca com o conteúdo completo da Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico, proporcionando melhor fundamentação e praticidade na pesquisa. Relação dos Códigos no Anexo VII.

### **Acessos**

A Editora Fórum disponibilizará o acesso **ilimitado, simultâneo e permanente** ao conteúdo contratado (restrito aos servidores do BNDES):

- Biblioteca Digital Fórum de Direito
- Biblioteca Digital Fórum de Livros - 4ª série
- Biblioteca Digital Fórum de Livros - Assinatura – 5ª série 2017/2018
- Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros – 1ª Série
- Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público
- Biblioteca Digital Fórum de Vídeos - Assinatura – 4ª série 2016/2018
- Biblioteca Digital Fórum de Códigos

### **Vantagens do sistema BID Fórum:**

- Acesso ilimitado e simultâneo (poderá ser acessado por todos da Instituição em rede interna, via intranet);
- Permitido acesso via extranet possibilitando pesquisa em qualquer lugar a qualquer momento;
- Acesso permanente (o conteúdo adquirido pelo cliente será disponibilizado para sempre, porém sem atualizações após o término da assinatura, ou seja, acesso perpétuo);
- Ferramenta de busca rápida e inteligente;
- Citação prática\* - permite "copiar e colar" trechos de textos com praticidade, eliminando a digitação;
- Adaptada para uso em dispositivos móveis;
- Conversão de trechos dos textos para o formato PDF;
- Organização segundo normas da ABNT;
- Seguro e estável;
- Prático, simples e integrado.

\* É permitido ao CONTRATANTE citar os excertos em petições, pareceres e demais trabalhos, desde que seja informado a fonte, garantidos os créditos dos autores dos artigos, do órgão emanador da decisão ou informação e da publicação específica, conforme a licença legal prevista no artigo 46, III da Lei nº 9.610/1998, sendo vedado a reprodução não autorizada, gratuita ou onerosamente, sob pena de ressarcimento, em caso de infração aos direitos autorais.



### **Suporte**

O suporte para utilização da BID é oferecido pela Fórum, por e-mail [suportebid@editoraforum.com.br](mailto:suportebid@editoraforum.com.br) e telefones (31) 2121-4974, com retorno em até 24 horas úteis para o e-mail do cliente. Ressaltamos que qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto, por quaisquer motivos, inclusive decorrentes de casos fortuitos ou força maior, será imediatamente o cliente informado em nossa página.

### **Requisitos técnicos**

O funcionamento adequado do produto, com todas as suas funcionalidades, requer link de 1 mega ou superior, sendo que esta contratação é de responsabilidade do cliente. Compatibilidade com os navegadores mais usuais (Internet Explorer 9 ou superior, Firefox, Google Chrome, exceto nas versões betas de alguns destes navegadores).

### **Orientações Práticas: Relacionadas aos periódicos FCGP, FA e Informativo Jacoby (Disponíveis para assinantes da Biblioteca Digital Fórum do Direito).**

A Editora Fórum disponibiliza as Orientações Práticas, uma ferramenta de auxílio para esclarecimento sobre a prática do Direito Administrativo, exclusiva para assinantes das revistas Fórum Administrativo de Direito Público (FA) e Fórum de Contratação e Gestão Pública (FCGP), bem como do Informativo Fórum Jacoby de Gestão Pública. As perguntas são respondidas e enviadas por e-mail, em até 72 horas úteis, por uma qualificada equipe, sendo 60 perguntas para a FA, 60 perguntas para a FCGP e 12 perguntas para o Informativo, durante a vigência do contrato.

### **Porque contratar o Conteúdo Fórum**

Justifica-se a contratação do Conteúdo Fórum tendo em vista que o Direito é uma matéria complexa e em constante mutação, e que a informação e contínua atualização são essenciais para minimizar os riscos e garantir, por meio de subsídios legais, a eficácia e eficiência nas instituições. A presente contratação tem o objetivo de efetivar as pesquisas necessárias e atualizar o setor jurídico nas matérias específicas.

A aquisição de serviço dessa natureza origina-se na necessidade de informação e conhecimento dos profissionais, para manter o acompanhamento das novas Doutrinas e Jurisprudências acerca das principais matérias e temáticas, que cobrem as mais variadas áreas do Direito, bem como da evolução das práticas de Gestão Pública.

Além disso, permite enriquecer o acervo da Biblioteca e prover as necessidades de informação de todos os colaboradores da instituição no exercício das suas atividades, com mais agilidade e eficácia. O acesso ao conteúdo contratado será permanente e ilimitado (restrito aos servidores do BNDES), mesmo que, futuramente, não haja interesse na continuidade da contratação.

Em resumo, podemos indicar como justificativa da contratação que deve constar no Termo de Referência:

- A equipe técnica responsável pela elaboração dos produtos contratados;
- A periodicidade do repositório das informações;
- As diversas seções e suas características, de forma a demonstrar a adequação para a atividade do órgão ou entidade. Pode-se dizer que o conteúdo veicula texto para a atividade do órgão ou entidade. Pode-se dizer que o conteúdo veicula textos de respeitados juristas, que manifestam as suas ideias e opiniões de

forma fundamentada, possibilitando o debate e conhecimento sobre diversos temas de Direito Público. Pode-se verificar a seleção de jurisprudência para colocar em relevo a importância da transcrição de textos integrais dos acórdãos mais relevantes, com larga repercussão a aplicabilidade prática para os agentes públicos. Pode-se, por fim, argumentar que a contratação do conteúdo busca oferecer aos agentes subsídio doutrinário e jurisprudencial necessário ao exercício de suas atribuições;

- A importância de manter, por meio da periodicidade, a atualização dos conhecimentos;
- A importância de se manter as coleções iniciadas e de se iniciarem novas, para permitir a formação de uma biblioteca a cada dia mais completa.

### Como contratar os Periódicos da Fórum

Com larga tradição na publicação de revistas nas diversas áreas do Direito Público, hoje a Editora Fórum é a líder nacional na publicação de periódicos. A aquisição de nossos periódicos pode ser feita diretamente, por inexigibilidade de licitação, conforme entendimento do TCU ( Acórdão n. 3.290/2011 – Plenário; Decisão n. 1.500/202-P, Acórdão n. 1292/2003 – 1ª Câmara; Acórdão n. 1889/2007 – P; Acórdão n. 835/2009-P, Acórdão n. 6.803/2010 – 2ª Câmara e Acórdão n. 950/2011-P; Acórdão n. 320/2005-1ª Câmara), tendo em vista que, na comercialização dos periódicos, a Editora Fórum detém exclusividade comprovada por meio da declaração do editor informando que seu produto tem os direitos autorais registrados e que não tem nenhum representante ou fornecedor, realizando a comercialização. Apresenta-se, portanto, inviabilidade de competição, por se tratar de contratação de serviço com fornecedor exclusivo, conforme dispõe o caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

Há, também, a possibilidade de contratar por dispensa de licitação em função do valor, conforme prevê o art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

### Valores

Item	Produto	Quant.	Valor unitário 12 meses (R\$)
1	Biblioteca Digital Fórum de Direito – 12 meses	01	101.874,00
2	Biblioteca Digital Fórum de Livros – 4ª Série 2016/2017 – 12 meses	01	23.710,00
3	Biblioteca Digital Fórum de Livros – Assinatura – 5ª série 2017/2018 –12 meses	01	23.710,00
4	Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros - 1ª Série – 12 meses	01	10.435,00
5	Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público	01	8.882,00
6	Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – Assinatura - 4ª/5ª série 2016/2018**	01	20.272,00
7	Biblioteca Digital Fórum de Códigos - 12 meses	01	5.219,00
<b>Valor total para contratação 12 meses da Plataforma Fórum Conhecimento Jurídico ***</b>			<b>194.102,00</b>

**Justificativa de Preço:** Para justificar seu preço, a Editora Fórum pode apresentar cópia de outros contratos celebrados com órgãos e entidades públicas. Além disso, a Instituição pode realizar pesquisa de contratação de outros órgãos divulgadas no Diário Oficial e Comprasnet.

**Prazo da contratação:** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

**Prazo de entrega:** A senha de acesso será enviada para o e-mail informado pelo cliente em até 02 dias úteis após a emissão da nota fiscal

**Validade da proposta:** 30/06/2018

**Condições de pagamento:** 5 dias após o atesto da Nota Fiscal

**Declaração de Exclusividade**

Declaramos para os devidos fins, que a Editora Fórum é fornecedora exclusiva dos periódicos listados abaixo, em todo território nacional, relativamente a todos os direitos de editoração, distribuição e comercialização, bem como sobre as marcas das publicações que constam na declaração de exclusividade.

**Dados da Empresa:** EDITORA FÓRUM LTDA. inscrita no CNPJ n.º 41.769.803/0001-92 I.E. N.º 062.793486.00-71, estabelecida à Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 Bairro Jardim Atlântico - Belo Horizonte - MG, CEP 31710-430.

**Dados Bancários:** Banco Itaú – Agência 1403 / Conta 60010-7

A Editora Fórum declara que possui todas as documentações necessárias que demonstram sua qualificação. A Editora Fórum agradece a confiança depositada em nosso trabalho e coloca toda sua equipe à disposição para que os servidores do BNDES utilizem nossos produtos da melhor forma possível, contribuindo para o êxito de suas atividades.

Atenciosamente,



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor  
(31) 2121-4909

## ANEXO I

### Relação dos periódicos que compõem a Biblioteca Digital Fórum de Direito

	Periódico	Sigla	ISSN	ISSN DIGITAL	Periodicidade	Início da publicação na BID
1	Fórum Administrativo	FA	1678-8648	1984-4107	Mensal	n.1, mar. 2001
2	Fórum de Contratação e Gestão Pública	FCGP	1676-5826	1984-4123	Mensal	n.1, jan. 2002
3	Fórum de Direito Urbano e Ambiental	FDOA	1676-6962	1984-4166	Bimestral	n.1, jan./fev. 2002
4	Informativo ABRADT Fórum de Direito Tributário	INABRADT	-	2594-5114	Mensal	n.1, set. 2017
5	Informativo Fórum Jacoby de Gestão Pública	INJA	-	2238-5150	Diária	n. 211, out. 2008
6	Interesse Público	IP	1676-8701	1984-4387	Bimestral	n.1, fev./mar. 1999
7	Rev. Bras. de Estudos da Função Pública	RBEFP	2238-2763	22386734	quadrimestral	n. 1, jan. 2012
8	Rev. do Inst. de Hermenêutica Jurídica	RIHJ	1678-1864		Semestral	n.2, jan./dez. 2004
9	Revista Brasileira da Infraestrutura	RBINF	2238-1511	2238-6718	Semestral	n.1, jan./jun 2012
10	Revista Brasileira de Direito Eleitoral	RBDE	2176-1671	2176-3178	Semestral	n.1, jul/dez 2009
11	Revista Brasileira de Direito Municipal	RBDM	1808-5628	1984-4174	Trimestral	n.7, jan./mar. 2003
12	Revista Brasileira de Direito Processual	RBDPro	0100-2589	1984-4360	Trimestral	n.59, jul./set. 2007
13	Revista Brasileira de Direito Público	RBDP	1678-7072	1984-4190	Trimestral	n.1, abr./jun. 2003
14	Revista de Contratos Públicos	RCP	2316-5499	2316-6983	Semestral	n.1, jan./jun. 2012
15	Revista de Direito Adm. e Constitucional	A&C	1516-3210	1984-4182	Trimestral	n.11, jan./mar. 2003
16	Revista de Direito Administrativo	RDA	0034-8007	2238-5177	quadrimestral	n. 243, set./dez 2006
17	Revista de Direito do Terceiro Setor	RDTS	1981-2493	1984-4158	Semestral	n.1, jan./jun. 2007
18	Revista de Direito Público da Economia	RDPE	1678-7102	1984-4379	Trimestral	n.1, jan./mar. 2003
19	Revista do Direito Empresarial	RDEmp	1806-910X	2238667x	quadrimestral	n.2, jul./dez. 2011
20	Revista Fórum de Direito Civil	RFDC	2238-9695	2316-6967	quadrimestral	n.1, set./dez. 2012
21	Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico	RFDFE	2238-8508	2316-6916	Semestral	n. 1, mar./ago. 2012
22	Revista Fórum de Direito Tributário	RFDT	1678-8656	1984-4131	Bimestral	n.1, jan./fev. 2003
23	Revista Fórum Trabalhista	RFT	2238-4138	2238-6815	Trimestral	n.1, mar./abr. 2012
24	Revista Fórum de Ciências Criminais	RFCC	2319-0795	2448-055X	Semestral	n. 1, jan./junz. 2014
25	Revista Direitos Fundamentais e Justiça	RDFJ	1982-1921	2527-0001	Semestral	N 34, jul/dez/2016
26	Revista Fórum Justiça do Trabalho	RFJT	0103-5487	-	Mensal	n.391, julho/16
27	Revista Brasileira de Direito Civil	RBDCivil	-	2358-6974	Trimestral	Ano 01 - Vol. 11 – Jan/mar 2017

	Periódico	Sigla	ISSN	ISSN DIGITAL	Periodicidade	Início da publicação na BID
28	Revista Abradt Fórum de Direito Tributário	RAFDT	2527-0958	2594-4886	Semestral	Ano 01 – n.1 jan./jun. 2017
29	Revista Fórum de Direito na Economia Digital	RFDED	-	2594-8393	Semestral	Ano 01- n.1 jul./dez. 2017

**Coleções da Biblioteca Digital Fórum de Direito – Bonificação**

	Periódico	Sigla	ISSN	ISSN DIGITAL	Volumes	Início da publicação na BID
1	Revista da Procuradoria Geral do Município de Juiz de Fora	RPGMJF	2237-5120	2238-6688	Coleção nºs 1 ao 3	n.1, jan./dez. 2011
2	Revista da Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte	RPGMBH	1983-3490	2176-2392	Coleção nºs 1 ao 14	n.1, jan./jun. 2008
3	Revista da Associação Mineira do Ministério Público	JUS	0102-8073	2238-5258	Coleção nºs 23 ao 31	n.23, jul./dez. 2010
4	Revista Debates em Direito Público	RDDP	1677-8146	2238-5215	Coleção nºs 7 ao 13	n.7, out. 2008
5	Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás	RPGEGO	0034-799x	2238-1597	Coleção nº 30 ao 31	n. 30, jan./dez. 2015
6	Publicações da Escola da AGU		2236-4374		Coleção nºs 1 ao 3	n. 1, jul./set. 2015
7	Revista Controle -Tribunal de Contas do Estado do Ceará		1980-086-X		Coleção nºs 1/2005 ao 2/2015	n. 2, jul./dez. 2014
8	Revista Trimestral de Direito Público	RTDP	2237-1796	2448-1505	Coleção nºs 53 ao 64	n.53, abr/2013
9	Atualidades Jurídicas	OAB	2237-5813	2237-5813	Coleção nºs 1 ao 3	n.1, jul./dez. 2011
10	Revista Brasileira de Estudos Const.	RBEC	1981-6162	1984-414X	Coleção nºs 1 ao 34	n.1, jan./mar. 2007
11	Rev. de Dir. Informática e Telecomunicações	RDIT	1981-2507	1984-4115	Coleção nºs. 1 ao 15	n.1, jul./dez. 2006
12	Revista Técnica dos Tribunais de Contas	RTTC	2237-3187	2238-6750	Coleção nºs 0 ao 1	n.0, set/2010
13	Revista Internacional de Direito Público	RIDP	2238-8508	2448-1882	Coleção – nº 1	n. 1,
14	Fórum Municipal & Gestão das Cidades	FMGC	2317-9627	2318-499X	Coleção nº 1 ao16	n.1, set./out. 2003
15	Revista Fórum de Direito Sindical	RFDS	2446-9831	2448-1513	Coleção nº 1 ao 2	n.1, jan./dez. 2015
16	Revista Brasileira de Advocacia Pública	RBAP	2447-2492	2448-1378	Semestral	n. 1, jul./dez. 2015
17	Revista da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas	ABRAT	23185007		Anual	2013
18	Revista Publicações da Escola da AGU		2236-4374		Trimestral	Ano 2015, n.1 – jul./set. 2015
19	Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo	RPGEES	1808-897		Semestral	Ano 14, n.14, jan./dez. 2015



## ANEXO II

Relação dos Livros que compõem a Biblioteca Digital Fórum de Livros – 4ª série - 2016/2017

104 títulos

QTD	TÍTULO	AUTOR	EDIÇÃO
1	Manual de Contas Eleitorais - Manual Prático de Arrecadação e Gastos de Recursos em Campanha e de Prestação de Contas Eleitorais	Elmana Viana Lucena Esmeralda	1ª edição
2	Código Tributário Nacional 50 Anos	Sacha Calmon Navarro Coelho	1ª edição
3	COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS - A Convenção das Nações Unidas sobre compra e venda internacional de mercadorias (CISG)	Paulo Nalin; Renata C. Steiner	1ª edição
4	Contratos Administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno - A Lógica das Concessões e Parcerias Público-Privadas	Egon Bockmann Moreira	1ª edição
5	Direito Eleitoral, Direito Processual Eleitoral e Direito Penal Eleitoral	Marcus Vinicius Furtado Coelho	4ª edição
6	Direito Tributário: Estudos em tributo ao jurista Ives Gandra da Silva Martins	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	1ª edição
7	Manual Jurídico da CPR	Marcus Reis	1ª edição
8	Temas Polêmicos do Direito Eleitoral	Walber de Moura Agra	1ª edição
9	Teoria geral do processo: primeiros estudos	Rosemiro Pereira Leal	13ª edição
10	Direitos Fundamentais e direito à justificativa - Devido procedimento na elaboração normativa	Ana Paula de Barcellos	1ª edição
11	Como Combater a Corrupção em Licitações: Detecção e Prevenção de Fraudes	Franklin Brasil Santos, Kleberon Roberto de Souza	1ª edição
12	Estudos de Direito Administrativo em Homenagem ao Professor Jessé Torres Pereira Junior	Alexandre Freitas Câmara, Adilson Rodrigues Pires, Thaís Boia Marçal (coord.)	1ª edição
13	Ofício de Orador	Antônio José Avelãs Nunes	1ª edição
14	CONTROLE DO MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO PELO JUDICIÁRIO	Edimur Ferreira de Faria	2ª edição
15	O DIREITO CIVIL ENTRE O SUJEITO E A PESSOA – Estudos em Homenagem ao Professor Stefano Rodotà	Gustavo Tepedino, Ana Carolina Brochado Teixeira, Vitor Almeida(Coordenadores)	1ª edição
16	A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO NOVO CPC	Gustavo Calmon Holliday	1ª edição
17	Novos Paradigmas do Direito Eleitoral	Luiz Fux, Carlos Eduardo Frazão (coord.)	1ª edição
18	Advocacia Pública e o Novo Código de Processo Civil	Alzemer Martins Ribeiro de Britto; Rodrigo Otávio Barioni (coord.)	1ª edição
19	Impactos do Novo CPC e Do EPD no Direito Civil Brasileiro	Marcos Ehrhardt Jr.	1ª edição
20	FINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL	Ricart César Coelho Dos Santos	1ª edição
21	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	Associação Nacional do Ministério Público de Contas	1ª edição
22	O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO NA ERA DIGITAL 2. ED	Aroldo Cedraz de Oliveira (Coordenador)	2ª edição
23	SOCIEDADES DE ADVOGADOS – Comissão de Sociedades de Advogados – OAB/MG	Stanley Martins Frasso	1ª edição
24	Parcerias com O Terceiro Setor: As Inovações da Lei nº 13.019/14	Fabício Motta, Fernando Borges Mânica, Rafael Arruda Oliveira	1ª edição
25	Administração Pública: Desafios Para a Transparência, Probidade	Valmir Pontes Filho, Fabício Motta,	1ª edição

10

Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º andar - Savassi  
CEP: 30130-012 - Belo Horizonte - MG - (31) 2121-4900

**Fórum**  
CONHECIMENTO JURÍDICO



PLATAFORMA FÓRUM DE  
BIBLIOTECAS DIGITAIS

	e Desenvolvimento	Emerson Gabardo (coord.)	
26	Penas Máximas No Processo Administrativo Disciplinar: Uma Visão Neoconstitucionalista do Poder Vinculado da Administração Pública	Antônio Carlos Alencar Carvalho	1ª edição
27	Direito eleitoral e liberdade de expressão	Aline Osorio	1ª edição
28	Licitações e contratos administrativos - Manual de compras e contratações na Administração Pública	Renato Nascimento	3ª edição
29	Lei das Estatais: Comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016	Edgar Guimarães, José Anacleto Abduch Santos	1ª edição
30	CONSTITUIÇÃO, DIREITO FUNDAMENTAIS E POLÍTICA	Hélio Pinheiro Pinto, Manoel Cavalcante de Lima Neto, Alberto Jorge Correia de Barros Lima, Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor, Luciana Raposo Josué Lima Dias(Coordenadores)	1ª edição
31	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	MARCOS AUGUSTO PEREZ,RODRIGO PAGANI DE SOUZA	1ª edição
32	Rio de Janeiro: reflexões e práticas*	Mauro Osorio; Alex Ferreira	1ª edição
33	Direitos fundamentais e jurisdição constitucional*	José Ribas Vieira, Margarida Maria Lacombe Camargo, Rogerio Barros Sganzerla	1ª edição
34	Jurisdição Constitucional e Direito Constitucional*	José Ribas Vieira, Margarida Maria Lacombe Camargo, Siddharta Legale	1ª edição
35	O direito e a instabilidade política: experiências, desafios e perspectivas*	José Ribas Vieira, Margarida Maria Lacombe Camargo, Mario Cesar Andrade.(Coords.)	1ª edição
36	Direitos humanos e trabalho decente*	Lilian Balmant Emerique, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, Ivan Simões Garcia (Coords.).	1ª edição
37	Estatuto da Advocacia - Comentários e Jurisprudência Seleccionada	Gisela Gondin Ramos	7ª edição
38	Direito empresarial e o novo CPC	Marcia Carla Pereira Ribeiro, Guilherme Bonato Campos Caramês (Coordenadores)	1ª edição
39	Regulação e novas tecnologias	Rafael Vêras de Freitas, Leonardo Coelho Ribeiro, Bruno Feigelson (Coordenadores)	1ª edição
40	Processo como teoria da lei democrática 2.ed	Rosemiro Pereira Leal	2ª edição
41	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil	Michelle Diniz Mendes	1ª edição
42	Devolver a constituição ao povo: crítica à supremacia judicial e diálogos institucionais	Miguel Gualano de Godoy	1ª edição
43	Processo civil aplicado aos Tribunais de Contas - novas tendências a partir do CPC de 2015	Renata C. Vieira Maia, Diogo Ribeiro Ferreira	1ª edição
44	Direito administrativo e seus novos paradigmas	Alexandre Santos de Aragão, Floriano de Azevedo Marques Neto	2ª edição
45	Fundamentos do novo Processo Civil Brasileiro - o processo civil do formalismo-valorativo	Claudio Madureira	1ª edição
46	Direito internacional: raízes & asas	Paulo Ferreira da Cunha	1ª edição
47	Jurisprudência civil brasileira: métodos e problemas	Luiz Edson Fachin, Eroulths Cortiano Junior, Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk, Maria Cândida Pires Vieira do Amaral Kroetz	1ª edição
48	Lei das parcerias: Lei nº 13.019/2014 – comentários e prática para implantação	Jair Eduardo Santana, Viviane Fernandes de Araújo, Sirley de Oliveira Arruda, Maria do Carmo de Campos Valadares	1ª edição
49	Quatro paradigmas do direito administrativo pós-moderno: legitimidade: finalidade: eficiência: resultados	Diogo de Figueiredo Moreira Neto	1ª edição



50	Poder, direito e Estado: o direito administrativo em tempos de globalização – In memoriam de Marcos Juruena Villela Souto	Diogo de Figueiredo Moreira Neto	1ª edição
51	Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática	Cláudio Sarian Altounian, Daniel Luiz de Souza, Leonard Renne Guimarães Lapa	1ª edição
52	Execução trabalhista em perguntas e respostas: de acordo com o novo CPC. 2. ed.	Ben-Hur Silveira Claus	2ª edição
53	Responsabilização administrativa de pessoas jurídicas à luz da lei anticorrupção empresarial	Márcio de Aguiar Ribeiro	1ª edição
54	Tutela de evidência, teoria da cognição e processualidade democrática	Francisco Rabelo Dourado de Andrade	1ª edição
55	Improbidade administrativa: procedimento, sanções e aplicação racional	Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior	1ª edição
56	Jurisdição Constitucional II: cidadania e direitos fundamentais	Luiz Fux, Valter Shuenquener Araújo (Coordenação)	1ª edição
57	Direito Administrativo e sustentabilidade: o novo controle judicial da Administração Pública	Rafael Martins Costa Moreira	1ª edição
58	Rumos contemporâneos do direito civil: estudos em perspectiva civil constitucional	Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho	1ª edição
59	O serviço público	Jacques Chevallier	1ª edição
60	Lei Anticorrupção comentada	Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Thiago Marrara (Coordenadores)	1ª edição
61	A revolução francesa: as origens do capitalismo – a nova ordem jurídica burguesa	Antônio José Avelãs Nunes	1ª edição
62	Graciliano Ramos e a administração pública: comentários aos seus relatórios de gestão à luz do Direito Administrativo moderno	Fábio Lins de Lessa Carvalho	1ª edição
63	O caráter	Samuel Smiles; Tradução Ana Luiza Melo Jacoby Fernandes e Murilo Jacoby Fernandes. Apresentação Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	1ª edição
64	Organizações Sociais, OSCIPS, OES e entidades de autogestão: eficiência e segurança jurídica nas contratações	Jaques F. Reolon	1ª edição
65	Dilemas na Constituição	Alfredo Copetti Neto, George Salomão Leite, Glauco Salomão Leite	1ª edição
66	Neoconstitucionalismo: Avanços e Retrocessos	George Salomão Leite, Glauco Salomão Leite, Lenio Luiz Streck (Coord.)	1ª edição
67	Jurisdição constitucional e liberdades públicas	George Salomão Leite, Glauco Salomão Leite, Lenio Luiz Streck (Coord.)	1ª edição
68	Comentários sobre a Lei da Improbidade Administrativa	Walber de Moura Agra	1ª edição
69	O Princípio Constitucional da Precaução: Como Instrumento de Tutela do Meio Ambiente e da Saúde Pública	Gabriel de Jesus Tedesco Wedy	1ª edição
70	Estatuto Jurídico das Empresas Estatais: Lei nº13.303/16 comentada	Gustavo Amorim Antunes	1ª edição
71	A Judicialização da Saúde do Brasil: do Viés Individualista ao Patamar de Bem Coletivo	Ronei Danielli	1ª edição
72	Accountability Democrática e o Desenho Institucional dos Tribunais de Contas no Brasil	Marianna Montebello Willeman	1ª edição
73	101 Dicas para escrever Direito	Barbara Andrade, Daniela Adão	1ª edição
74	Emprego Público de Regime Privado: A Laboração da Função Pública	Ana Cláudia Nascimento Gomes	1ª edição
75	Direito dos Serviços Públicos. Rev. e Atualiz.	Alexandre Santos de Aragão	4ª edição

76	Contas Governamentais e responsabilidade Fiscal: Desafios para o Controle Externo – Estudos de Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas	Luiz Henrique Lima, Weber de Oliveira, João Batista Camargo (Coord.)	1ª edição
77	Crime organizado e sua infiltração nas instituições governamentais	Flávio Cardoso Pereira	2ª edição
78	Direitos Fundamentais e Direito à Justificativa: Devido Procedimento na Elaboração Normativa	Ana Paula de Barcellos	2ª edição
79	Boa Fé e sua aplicação do Direito Brasileiro	Fabiola Albuquerque Lôbo, Marcos Ehrhardt Júnior, Rodolfo Pamplona Filho (Coord.)	1ª edição
80	Revisão e resolução do contrato por excessiva onerosidade	Antônio Pedro Medeiros Dias.	1ª edição
81	Da dogmática à efetividade do Direito Civil: Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional – IV Congresso do IBDCIVIL.	Gustavo Tepedino, Ana Carolina Brochado Teixeira, Vitor Almeida (Coord.)	1ª edição
82	A jurisdição constitucional e a criação do direito na atualidade: condições e limites.	Anderson Sant'Ana Pedra	1ª edição
83	Mil perguntas e respostas necessárias sobre licitação e contrato administrativo na ordem jurídica brasileira.	Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelatto Dotti	1ª edição
84	Extrafiscalidade: conceito, interpretação, limites e alcance.	Valter de Souza Lobato (Coord.); Maysa de Sá Pittondo Deligne (Org.); Matheus Soares Leite (Org.).	1ª edição
85	Advogar no Direito Ambiental.	Fabiano Neves Macieyewski	1ª edição
86	Planejamento sucessório: pressupostos e limites.	Daniele Chaves Teixeira.	1ª edição
87	Planos estaduais de resíduos sólidos: política pública, gestão associada e sustentabilidade.	Laone Lago	1ª edição
88	Políticas públicas na tributação ambiental: instrumentos para o desenvolvimento da sociedade.	Sarah Maria Linhares de Araújo Paes de Souza	1ª edição
89	Controle democrático da Administração Pública.	Licurgo Mourão, Diogo Ribeiro Ferreira, Sílvia Motta Piancastelli.	1ª edição
90	Comentários às súmulas vinculantes.	Geovany Cardoso Jevaux	1ª edição
91	Implementando a gestão de riscos no setor público.	Rodrigo Fontenelle de A. Miranda	1ª edição
92	Processos de contratação pública e desenvolvimento sustentável: premissas teóricas, políticas públicas e medidas concretas, considerando os regimes da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.462/2011 e Lei nº 13.303/2016	Suzana M. Rossetti.	1ª edição
93	Ouvidorias de Justiça, Transparência e Lei de Acesso à Informação - direito de todos.	Ricardo Villas Bôas Cueva, Sebastião Alves dos Reis Júnior, Altair de Lemos Júnior, Luiz Cláudio Allemand	1ª edição
94	Políticas públicas nas licitações e contratações administrativas	Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelatto Dotti	3ª edição
95	Prestação de serviços de assistência à saúde pelos municípios	Fernando Borges Mânica	1ª edição
96	Estado de emergência na saúde pública	Rodrigo Francisco de Paula	1ª edição
97	Lei de diretrizes orçamentárias: gênese, funcionalidade e constitucionalidade – retomando as origens	Weder de Oliveira; prefácio João Ricardo Catarino	1ª edição
98	Manual das áreas de preservação permanente: regime jurídico geral, espécies, exceções com doutrina e jurisprudência	Pedro de Menezes Niebuhr	1ª edição
99	Cláusula resolutiva expressa	Aline de Miranda Valverde Terra	1ª edição
100	Finanças sustentáveis e a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras	Consuelo Y. Moromizato Yoshida	1ª edição
101	Corrupção urbanística: da ausência de diferenciação entre direito e política no Brasil	Vanêsa Buzelato Prestes	1ª edição
102	Estatuto jurídico das estatais: análise da Lei nº 13.303/2016	João Otávio de Noronha, Ana Frazão, Daniel	1ª edição

		Augusto Mesquita (Coord.)	
103	Concessão de Rodovias: De acordo com a Lei nº 13.334/2016.	Rafael Vêras de Freitas	1ª edição
104	A Reforma Trabalhista e a Constituição de 1988.	Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti	1ª edição

14  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549

### ANEXO III

**Relação dos Livros que compõem a Biblioteca Digital Fórum de Livros – Assinatura – 5ª série - 2017/2018\***  
**104 títulos**

	Título	Autor	Edição
1	1º Diagnóstico da Advocacia Pública Municipal no Brasil	Clarice Corrêa de Mendonça, Raphael Diógenes Serafim Vieira, Nathália França Figuerêdo Porto	1ª ed.
2	A imunidade do livro digital e do seu suporte de fixação: homenagem ao jurista Hugo de Brito Machado	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho (Coord.)	1ª ed.
3	A judicialização da vida e o papel do Supremo Tribunal Federal	Luís Roberto Barroso	1.ed.
4	A reforma trabalhista: o impacto nas relações de trabalho	Carolina Tupinambá, Fábio Rodrigues Gomes (Coord.)	1ª ed.
5	Abuso de poder e perda de mandato. Tratado de Direito Eleitoral, v. 7.	Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.); Luiz Eduardo Peccinin (Org.).	1.ed.
6	Acordo de Acionistas e seus mecanismos de liquidez: planejando o desinvestimento societário	Rodrigo Tavares Borba	1ª ed.
7	Bicentenário da Lei Orgânica da Revolução de 1817: um marco na história constitucional brasileira	Antônio César Caúla Reis, Marcelo Casseb Continentino, Paulo Rosenblatt, Walber de Moura Agra	1.ed.
8	Brasil e corrupção: análise de casos (inclusive a lava jato)	Lucas Rocha Furtado	1ª ed.
9	Comentários à Lei das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16	Jessé Torres Pereira Junior, Juliano Heinen, Marinês Restelatto Dotti, Rafael Maffini	1ª ed.
10	Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência à luz da Constituição da República	Heloisa Helena Barboza, Vitor Almeida (Coord.)	1ª ed.
11	Compliance, Gestão de Riscos e Combate à Corrupção: Integridade para o Desenvolvimento	Marco Aurélio Borges de Paula, Rodrigo Pironti Aguirre de Castro (Coord.)	1.ed.
12	Condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral: aspectos teóricos e práticos.	Igor Pereira Pinheiro	2.ed.
13	Controle compartilhado das políticas públicas	Sabrina Nunes locken	1.ed.
14	Controle da Administração Pública Direta e Indireta e das concessões: autocontrole, controle parlamentar, com o auxílio do Tribunal de Contas, controle pelo Judiciário e controle social	Edimur Ferreira de Faria (Coord.)	1ª ed.
15	Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos	Cristiana Fortini	1.ed.
16	Crítica hermenêutica do Direito Processual Civil: uma exploração filosófica do Direito Processual Civil Brasileiro em tempos de (crise do) protagonismo judicial	Ricardo Augusto Herzi	1ª ed.

17	Curso de Direito Constitucional	Walber de Moura Agra	9ª ed.
18	Da governança à esperança	Augusto Nardes	1 ed.
19	Direito Administrativo Moderno.	Odete Medauar (coord.)	21ª ed.
20	Direito administrativo sancionador no Brasil: justificação, interpretação e aplicação	Alice Voronoff	1.ed.
21	Direito Constitucional Eleitoral. Tratado de Direito Eleitoral, v. 1.	Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.), Luiz Eduardo Peccinin (Org.).	1.ed.
22	Direito Partidário. Tratado de Direito Eleitoral, v. 2.	Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.), Luiz Eduardo Peccinin (Org.).	1.ed.
23	Direito Penal e Processo Penal Eleitoral. Tratado de Direito Eleitoral, v. 8.	Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.); Luiz Eduardo Peccinin (Org.).	1.ed.
24	Direito Processual Eleitoral. Tratado de Direito Eleitoral, v. 6.	Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.), Luiz Eduardo Peccinin (Org.).	1.ed.
25	Elegibilidade e inelegibilidades. Tratado de Direito Eleitoral, v. 3.	Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.), Luiz Eduardo Peccinin (Org.).	1.ed.
26	Escola de contas e o controle social na formação profissional	Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza	1.ed.
27	Execução da Pena em Segunda Instância: fundamentos de sua Inconstitucionalidade	Carlos Valder do Nascimento	1.ed.
28	Financiamento e prestação de contas. Tratado de Direito Eleitoral, v. 5.	Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.), Luiz Eduardo Peccinin (Org.).	1.ed.
29	Governança e gestão de obras públicas: do planejamento à pós-ocupação	Hamilton Bonatto	1.ed.
30	Jogos fiscais: novas regras e estratégias no mundo globalizado	Marcelo Rodrigues de Siqueira	1.ed.
31	Jurisdição Constitucional Comparada.	Stefano Maria Cicconetti, Anderson Vichinkeski Teixeira	1.ed.

32	Jurisdições mistas: um novo conceito de jurisdição.	Fabiola Utzig Haselof	1.ed.
33	Juristocracia: o STF entre a judicialização da política e o ativismo judicial.	Hélio Pinheiro Pinto	1.ed.
34	Lei Anticorrupção: mecanismos de contenção, de repressão e de reparação (Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015).	Sebastião José Lessa	1.ed.
35	Liberdade como justiça e desenvolvimento. Coleção A liberdade no pensamento ocidental. Tomo IV.	Flávio Pansieri	1.ed.
36	Liberdade da antiguidade ao medievo. Coleção A liberdade no pensamento ocidental. Tomo I.	Flávio Pansieri	1.ed.
37	Liberdade dos liberais e o pensamento social. Coleção A liberdade no pensamento ocidental. Tomo III.	Flávio Pansieri	1.ed.
38	Liberdade e o Estado moderno. Coleção A liberdade no pensamento ocidental. Tomo II.	Flávio Pansieri	1.ed.
39	O contrato de patrocínio ativo na Administração Pública: fundamentos, regime jurídico e controle da atividade patrocinadora do Estado	Diego Prandino	1.ed.
40	O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências	Felipe Peixoto Braga Netto, Michael César Silva, Vinícius Lott Thibau (Coord.)	1ª ed.
41	O discurso religioso na política brasileira: democracia e liberdade religiosa no estado laico	Luiz Eduardo Peccinin	1ª ed.
42	O Estado jurislador	Georghio Tomelin	1.ed.
43	Por uma Constituição Gaia: a busca de um novo modelo constitucional para os animais não humanos e para a natureza	Henrique Pandim Barbosa Machado	1ª ed.
44	Pressupostos materiais e formais da intervenção federal no Brasil	Enrique Ricardo Lewandowski (coord.)	2.ed.
45	Princípios de Direito Público: ênfase em Direito Financeiro e Tributário	Marcus Abraham, Vitor Pimentel Pereira (Coord.)	1ª ed.
46	Propaganda eleitoral. Tratado de Direito Eleitoral, v. 4.	Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.), Luiz Eduardo Peccinin (Org.).	1.ed.
47	Região metropolitana: governança como instrumento de gestão compartilhada	Lilian Regina Gabriel Moreira Pires (Coord.)	1.ed.
48	Roteiro do Terceiro Setor: Associações, Fundações e Organizações Religiosas	Tomáz de Aquino Resende, André Costa Resende, Bianca Monteiro da Silva	5ª ed.
49	Servidor público: a averbação do tempo de serviço/contribuição	Antônio Flávio de Oliveira	5ª ed.
50	Tecnologia jurídica e direito digital: I Congresso Internacional de Direito e Tecnologia – 2017.	Ricardo Vieira de Carvalho Fernandes, Henrique Araújo Costa, Ângelo Gamba Prata de Carvalho	1.ed.
51	Terceirização: uma leitura constitucional e administrativa.	Abhner Youssif Mota Arabi, Valter Shuenquener de Araújo	1.ed.
52	Tratado de Direito Municipal	Carlos Valder do Nascimento, Maria Sylvia Zanella di Pietro, Gilmar Ferreira Mendes (Coord.)	1ª ed.

17  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJJUAARHIGEL

53	Tribunal de Contas democrático	Licurgo Mourão, Ariane Shermam, Rita Chió Serra	1.ed.
54	Tributos Municipais em Debate.	Carlos Renato Cunha, Geórgia Teixeira Jezler Campello (Coord.).	1ª ed.
55	Um outro País: Transformações no Direito, na Ética e na Agenda do Brasil.	Luís Roberto Barroso	1ª ed.
56	Uma Nova Primavera para os Tribunais de Contas: Artigos, Discursos e Entrevistas	Valdecir Pascoal	1ª ed.

18  
Leandro G. D. Nogueira  
Presidente  
OAB/RN 132.549  
AJ/JUA/RN/GO

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º andar - Savassi  
CEP: 30130-012 - Belo Horizonte - MG - (31) 2121-4900



## ANEXO IV

Relação das obras que compõem a Biblioteca Digital Fórum Del Rey de livros – 1ª Série

	TÍTULO	AUTOR	EDIÇÃO
1	A cidade real e a cidade ideal: em uma reflexão transdisciplinar	Mariza Rios, Newton Teixeira Carvalho, Stella De Moura Kleinrath (Coordenadores)	1ª ed.
2	A humanização do Direito Internacional. 2. ed. revista, atualizada e ampliada.	Antônio Augusto Cançado Trindade	2ª ed.
3	A prova pericial no novo processo civil e na arbitragem. 2. ed. revista, atualizada e ampliada segundo o novo CPC	Francisco Maia Neto	2ª ed.
4	Advocacia e ética: o exercício da profissão	Alexandre Figueiredo de Andrade Urbano, Charles Fernando Vieira da Silva, Luiz Fernando Valladão Nogueira, Rogério Vieira Santiago (Coordenadores)	1ª ed.
5	Aspectos controvertidos da lei de improbidade administrativa: uma análise crítica a partir dos julgados dos tribunais superiores. v. 1	Cláudio Smirne Diniz, Mauro Sérgio Rocha, Renato de Lima Castro (Organizadores)	1ª ed.
6	Aulas de teoria do estado. 4. ed. revista, atualizada e ampliada	Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, Mônica Aragão Martiniano Ferreira e Costa	4ª ed.
7	Autonomia para morrer: eutanásia, suicídio assistido, diretivas antecipadas de vontade e cuidados paliativos. 2. ed. revista, atualizada e ampliada	Maria de Fátima Freire de Sá, Diogo Luna Moureira	2ª ed.
8	Cidade, eventos esportivos e estado de exceção	Newton Teixeira Carvalho, Émilien Vilas Boas Reis (Coordenadores)	1ª ed.
9	Código de Processo Civil: novas reflexões e perspectivas – conforme Leis 13.105/2015 e 13.256/2016	Antônio Pereira Gaio Júnior, Alexandre Freitas Câmara (Coordenadores)	1ª ed.
10	Comentários às inovações do Código de Processo Civil: Novo CPC Lei 13.105/2015	Leonardo de Faria Beraldo	1ª ed.
11	Comentários sobre a lei anticorrupção	Ronaldo Garcia Dias, Ronaldo Mayrink de Castro Garcia Dias	1ª ed.
12	Corrupção política: mecanismos de combate e fatores estruturantes no sistema jurídico brasileiro	Glauco Costa Leite	1ª ed.
13	Curso de direito eleitoral. 8. ed. revista e atualizada de acordo com a Lei da Ficha Limpa, com a Lei n. 13.165/2015 e com as resoluções do TSE para as eleições de 2016	Edson de Resende Castro	8ª ed.
14	“Desaposentadoria” no serviço público	Rogério Vieira Santiago	1ª ed.
15	Despedida em massa no Brasil: análise teórica e jurisprudencial	Roberto Carneiro Filho	1ª ed.
16	Direito à saúde e políticas públicas: do ressarcimento entre os gestores públicos e privados da saúde	Simone Letícia Severo e Sousa	1ª ed.

19 Leand... D. Nogueira  
OAB/RJ 132.000





PLATAFORMA FÓRUM DE  
BIBLIOTECAS DIGITAIS

17	Direito constitucional: direito constitucional positivo. 21. ed. revista, atualizada e ampliada. v. 2.	Kildare Gonçalves Carvalho	21ª ed.
18	Direito constitucional: teoria do Estado e da Constituição. 21. ed. revista, atualizada e ampliada. v. 1.	Kildare Gonçalves Carvalho	21ª ed.
19	Direito das coisas. 5. ed.	Adriano Stanley	5ª ed.
20	Direito do consumidor: presente e novas perspectivas.	Alan de Matos Jorge (Organizador)	1ª ed.
21	Direito eleitoral: atualizado conforme o novo CPC, Lei nº 13.165/2015 e jurisprudência eleitoral.	Lourival Serejo	1ª ed.
22	Direito empresarial: manual teórico e prático.	Suhel Sarhan Júnior	3ª ed.
23	Direito penal: parte geral. 3. ed. v.1	Edihermes Marques Coelho	3ª ed.
24	Direitos fundamentais ambientais aplicados à cidade. 2. ed.	Beatriz Souza Costa, Émilien Vilas Boas Reis, Mariza Rios, Newton Teixeira Carvalho (Coordenadores)	2ª ed.
25	Estado de exceção ambiental.	Newton Teixeira Carvalho, Émilien Vilas Boas Reis, Mariza Rios (Coordenadores)	1ª ed.
26	Fundamentos de direito penal ambiental.	Alex Fernandes Santiago	1ª ed.
27	Fundamentos de história do direito. 9. ed. revista e atualizada.	Antonio Carlos Wolkmer (Organizador)	9ª ed.
28	Justiça fiscal.	Misabel Abreu Machado Derzi, João Paulo Fanucchi de Almeida Melo (Coordenadores)	1ª ed.
29	Lavagem de dinheiro e crime organizado: diálogos entre Brasil e Portugal.	Filipe Azevedo Rodrigues, Liliana Bastos Pereira Santo de Azevêdo Rodrigues	1ª ed.
30	Lavagem de dinheiro por meio de obras de arte: uma perspectiva judicial criminal.	Fausto Martin De Sanctis	1ª ed.
31	Liberdade de expressão no século XXI.	José Adércio Leite Sampaio (Coordenador)	1ª ed.
32	Manual de biodireito. 3. ed. revista, atualizada e ampliada.	Maria de Fátima Freire de Sá, Bruno Torquato de Oliveira Naves	3ª ed.
33	Manual de direito administrativo. 3. ed. revista, atualizada e ampliada.	Sebastião Edilson Gomes	3ª ed.
34	Mediação de conflitos: a emergência de um novo paradigma.	Cláudia Maria Gomes de Souza, Fernando Gonzaga Jayme, Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, Rita Andréa Guimarães de Carvalho Pereira (Coordenadores)	1ª ed.
35	Medicina legal para o acadêmico de direito. 4. ed. revista, atualizada e ampliada	Leonardo Mendes Cardoso	4ª ed.
36	Metodologia da pesquisa jurídica. 5. ed.	Welber Barral	5ª ed.
37	Novo código de processo civil comentado: atualizada pela Lei n. 13.256, de 04 de fevereiro de 2016.	Antônio Pereira Gaio Júnior, Cleyson de Moraes Mello	1ª ed.

20

Leandro G. D. Nogueira  
Gerente

OAB/RJ

Assinatura

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º andar - Savassi  
CEP: 30130-012 - Belo Horizonte - MG - (31) 2121-4900





PLATAFORMA FÓRUM DE  
BIBLIOTECAS DIGITAIS

38	O processo nos juizados especiais cíveis estaduais, federais e da fazenda pública. 2. ed. 2ª tiragem.	Antônio Pereira Gaio Júnior	2ª ed.
39	O tribunal penal internacional: comentários ao estatuto de Roma.	Sylvia Helena Steiner, Leonardo Nemer Caldeira Brant (Coordenadores)	1ª ed.
40	Opções de compra e de venda: call e put.	Renato Ourives Neves	1ª ed.
41	Os crimes de perigo abstrato no direito penal contemporâneo.	Túlio Arantes Bozola	1ª ed.
42	Os direitos do nascituro: aspectos cíveis, criminais e do biodireito. 3. ed. revista, atualizada e ampliada.	Sérgio Abdalla Semião	3ª ed.
43	Penas alternativas: teoria e prática.	Jamil Chaim Alves	1ª ed.
44	Política de consumo: movimento social de defesa do consumidor no Brasil.	Nelson Nery Costa	1ª ed.
45	Princípio da legalidade penal: proteção pelo STJ e parâmetros de interpretação.	Antônio de Padova Marchi Júnior	1ª ed.
46	Processo civil brasileiro: novos rumos a partir do CPC/2015 – atualizado de acordo com a Lei 13.256/2016.	Humberto Theodoro Júnior (Coordenador)	1ª ed.
47	Processo justo: entre efetividade e legitimidade da jurisdição.	Marcelo Veiga Franco	1ª ed.
48	Teoria da constituição e direito constitucional. 2. ed..	André Del Negri	2ª ed.
49	Terceiros escritos de direito processual: agora mesmo – de acordo com o novo Código de Processo Civil brasileiro.	Leonardo Oliveira Soares	1ª ed.

**ANEXO V**

**Relação dos livros que compõem a Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público – 15 títulos\***

	TÍTULO
1	Contratação Direta sem Licitação – 10ª Ed.
2	Legislação Brasileira de Portos – 1ª Ed.
3	Lei Nº 8.666/1993 Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Outras Normas Pertinentes – 16ª Ed.
4	Lei Anticorrupção Empresarial - Aspectos Críticos à Lei nº 12.846/2013 – 1ª Ed.
5	Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – 6ª Ed.
6	Tomada de Contas Especial: Desenvolvimento do Processo na Administração Pública e nos Tribunais de Contas – 7ª Ed. Rev., Atual. e Ampliada.
7	RDC Regime Diferenciado de Contratações Públicas Lei Nº 12.462, De 5 de Agosto De 2011 – 3ª Ed.
8	Regimento Interno e Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – 1ª Ed.
9	Servidores Públicos - Lei Nº 8.112/1990 - Regime Jurídico - Coleção Jacoby de Direito Publico (formato bolso) – 1ª Ed.
10	Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial E Eletrônico – 6ª Ed.
11	Tomada de Contas Especial - Processo e Procedimento na Administração Pública e nos Tribunais de Contas – 6ª Ed.
12	Terceirização: Legislação, doutrina e jurisprudência – 1ª Ed.
13	Tribunais de Contas do Brasil – 4ª Ed.
14	Vade-Mécum de Licitações e Contratos – 7ª Ed.
15	Vade-Mécum de Recursos Humanos: Legislação Seleccionada e Organizada Com Jurisprudência, Notas e Índices – 1ª Ed.

*\*Atualização automática dos livros a cada nova edição no período de 1 ano após a contratação.*

## ANEXO VI

Relação das Palestras que compõem a Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – 1ª Série - 104 vídeos

Relação das Palestras que compõem a Biblioteca Digital Fórum de Vídeos – Assinatura – 4ª série 2016/2017  
103 vídeos

	Data	Palestra	Palestrante(s)
1	08/08/2016	FBDE 2016 - Inelegibilidade e Improbidade Administrativa	Flávio Unes
2	08/08/2016	FBDE 2016 - Negócios Processuais e justiça eleitoral	Luiz Fernando Pereira
3	08/08/2016	FBDE 2016 - Ônus da prova e novo CPC	Roberta Mala Gresta
4	08/08/2016	FBDE 2016 - Concomitância das ações eleitorais e novo CPC	Walber Agra
5	08/08/2016	FBDE 2016 - Princípios do Direito Eleitoral: cassação de mandato e prevalência da vontade popular	Wederson Advíncula Siqueira
6	09/08/2016	FBDE 2016 - Propaganda e modificação da Lei n. 13165	Carlos Neves Filho
7	09/08/2016	FBDE 2016 - Como compatibilizar a referência à improbidade administrativa nas alíneas "g" e "i" e a exigência de má-fé na alínea "p".	José Sad Júnior
8	09/08/2016	FBDE 2016 - Como fica o abuso de poder econômico com as novas formas de financiamento	Margarete Coelho
9	09/08/2016	FBDE 2016 - Limites e possibilidades no novo cenário sem doação de pessoa jurídica	Marilda de Paula Silveira
10	10/08/2016	FBDE 2016 - Propaganda eleitoral e mentira	Fernando Neisser
11	20/10/2016	XII FBCAP 2016 - Princípios do novo Processo Civil e sua aplicação aos processos de contas	Bruno Dantas
12	20/10/2016	XII FBCAP 2016 - Controle de contas e equilíbrio entre os poderes: a autonomia do sistema de controle externo	Diogo de Figueiredo Moreira Neto
13	20/10/2016	XII FBCAP 2016 - Sanções administrativas aplicadas às pessoas jurídicas: questões controvertidas	Fábio Medina Osório
14	20/10/2016	XII FBCAP 2016 - Controle de preços nas contratações públicas	J. U. Jacoby Fernandes
15	20/20/2016	XII FBCAP 2016 - Planejamento e detecção de fraudes na fiscalização dos contratos	Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes
16	20/10/2016	XII FBCAP 2016 - Políticas públicas: revendo o papel das agências reguladoras	Sérgio Guerra
17	20/10/2016	XII FBCAP 2016 - Planejamento orçamentário e políticas públicas	Vanice do Valle
18	21/10/2016	XII FBCAP 2016 - Controle das despesas com pessoal: reflexões sobre a eficácia da Lei de Responsabilidade Fiscal	Claúdio Couto Terrão
19	21/10/2016	XII FBCAP 2016 - Controle da admissão de pessoal: os avanços necessários	Fabício Motta
20	21/10/2016	XII FBCAP 2016 - Avaliação de impactos regulatórios e o novo controle	Juarez Freitas
21	21/10/2016	XII FBCAP 2016 - Controle da Administração Pública: o que esperar do Poder Judiciário	Luiz Roberto Barroso
22	21/10/2016	XII FBCAP 2016 - Controladoria no setor público: modelos de organização do controle interno	Marcus Vinícius de Azevedo Braga
23	21/10/2016	XII FBCAP 2016 - Direito Financeiro e crise econômica: o que se espera do controle externo	Weder de Oliveira

23

Leandro L. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º andar - Savassi  
CEP: 30130-012 - Belo Horizonte - MG - (31) 2121-4900

 **Fórum**  
CONHECIMENTO JURÍDICO



PLATAFORMA FÓRUM DE  
BIBLIOTECAS DIGITAIS

24	06/12/2016	X FBCCAP 2016 - Desafios da governança pública em tempos de crise	Augusto Nardes
25	06/12/2016	X FBCCAP 2016 - O combate à corrupção e a proteção de direitos humanos: conquistas e desafios da Advocacia-Geral da União	Danilo Barbosa de Sant' Anna
26	06/12/2016	X FBCCAP 2016 - A atuação do judiciário no enfrentamento à corrupção no Brasil	Fausto De Sanctis
27	06/12/2016	X FBCCAP 2016 - Reconfiguração cooptada do Estado: o auge da corrupção?	Flávio Cardoso Pereira
28	06/12/2016	X FBCCAP 2016 - Técnicas preventivas de combate à corrupção	Juliano Heinen
29	06/12/2016	X FBCCAP 2016 - Corrupção e os desafios para o controle de preços das contratações públicas	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
30	07/12/2016	X FBCCAP 2016 - Compliance como instrumento de mitigação de risco de corrupção na interação público-privado	Cristiana Fortini
31	07/12/2016	X FBCCAP 2016 - Uma análise das Operações Mãos Limpas (Itália) e Lava Jato (Brasil) e o Projeto de Lei de Combate à Corrupção	Fábio Galindo
32	07/12/2016	X FBCCAP 2016 - Desafios do Judiciário no Combate à Corrupção	Selma Arruda
33	07/12/2016	X FBCCAP 2016 - Corrupção e os novos desafios para o combate ao crime organizado	Getúlio Bezerra
34	07/12/2016	X FBCCAP 2016 - Prevenção e detecção de fraudes em licitação	Franklin Brasil, Kleberon Roberto
35	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Interpretação Holística dos Princípios do Artigo 37 da Constituição Federal	Carlos Ayres Brito
36	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Boas Práticas nas Contratações Públicas: o País que Está Dando Certo	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
37	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Nova Legislação de Licitações e Contratos	Cristiana Fortini
38	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Como Combater a Corrupção em Licitações	Franklin Brasil e Kleberon de Souza
39	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Boas Práticas de Gestão: Valorização da Qualidade na Licitação	Tatiana Camarão
40	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Panorama de Licitações e Contratos	Joel de Menezes Niebuhr
41	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Novo Regime Jurídico de Contratações Pelas Empresas Estatais: Inovações da Lei nº 13.303/16	José Anacleto Abduch Santos
42	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Combate a Corrupção e Tribunais de Contas	Luís Roberto Barroso
43	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Marçal Justen Filho
44	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Planejamento Orçamentário e Políticas Públicas	Vanice do Valle
45	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - As Contratações no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI	Rafael Veras
46	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Contratação Pública, Responsabilidade Fiscal e o Teto do Gasto Público	Weder De Oliveira
47	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Gestão e Governança Pública para Resultados: Uma Visão Prática	Cláudio Sarian Altounian
48	28/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Lei Anticorrupção com Enfoque nos Acordos de Leniência	Benjamim Zymler
49	28/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Os Impasses do Sistema Brasileiro de Controle	Florian de Azevedo Marques Neto
50	28/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Controle da Gestão Empresarial Estatal e a Teoria “Business Judgment Rule”	Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes
51	28/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Governança Pública e Controle	Cláudio Sarian
52	28/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Deferência, Reputação Institucional e o Controle da Gestão Pública pelo Tribunal de Contas	Juliana Palma

24

Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.000  
Adjunto

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º andar - Savassi  
CEP: 30130-012 - Belo Horizonte - MG - (31) 2121-4900





PLATAFORMA FÓRUM DE  
BIBLIOTECAS DIGITAIS

53	28/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Regulação e novas tecnologias: reflexos no controle judicial	Sérgio Guerra
54	29/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Integridade, Transparência e Controle Social no Combate à Corrupção	Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
55	29/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Processo Civil Aplicado aos Tribunais de Contas	Bruno Dantas
56	29/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Controle Social do Estado através da Mídia	Fernando Facury Scaff
57	29/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Novo Regime Fiscal – Emenda Constitucional nº 95 – Teto de Gastos Públicos	Weder de Oliveira
58	29/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Transparência Administrativa e Comunicação Pública	Marcos Augusto Perez
59	29/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Novas Técnicas de Combate à Improbidade Administrativa: Homenagem a Teori Zavascki	Juarez Freitas
60	29/09/2017	XIII FBCAP 2017 – Uma Agenda para o Controle na Pós Modernidade: Homenagem a Diogo de Figueiredo	Vanice Regina Lirio do Valle
61	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Gestão e Governança Pública para Resultados: Uma Visão Prática	Rafael Veras
62	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Boas Práticas de Gestão: Valorização da Qualidade na Licitação	Tatiana Camarão
63	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Boas Práticas nas Contratações Públicas: o País que Está Dando Certo	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
64	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Combate a Corrupção e Tribunais de Contas	Luís Roberto Barroso
65	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Como Combater a Corrupção em Licitações	Franklin Brasil e Kleberson
66	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Contratação Pública, Responsabilidade Fiscal e o Teto do Gasto Público	Weder De Oliveira
67	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Marçal Justen Filho
68	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Gestão e Governança Pública para Resultados: Uma Visão Prática	Cláudio Sarian Altounian
69	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Interpretação Holística dos Princípios do Artigo 37 da Constituição Federal	Carlos Ayres Brito
70	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Nova Legislação de Licitações e Contratos	Cristiana Fortini
71	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Novo Regime Jurídico de Contratações Pelas Empresas Estatais: Inovações da Lei nº 13.303/16	José Anacleto Abduch Santos
72	01/06/2017	XV FBCGP 2017 - Panorama de Licitações e Contratos	Joel de Menezes Niebuhr
73	02/06/2017	XV FBCGP 2017 - Planejamento Orçamentário e Políticas Públicas	Vanice do Valle

**ANEXO VII**

*Relação dos códigos que compõem a Biblioteca Digital Fórum de Códigos*

	Códigos
1	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
2	Código Civil
3	Código de Processo Civil
4	Novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015
5	Código Penal
6	Código de Processo Penal
7	Consolidação das Leis do Trabalho
8	Código Tributário Nacional
9	Código de Defesa do Consumidor
10	Código de Trânsito Brasileiro
11	Código Eleitoral
12	Código Florestal
13	Código de Águas
14	Código de Minas
15	Código Penal Militar
16	Código de Processo Penal Militar
17	Código de Brasileiro de Aeronáutica
18	Código Brasileiro de Telecomunicações
19	Código Comercial - Lei nº 556, DE 25.06.1850
20	Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro



Enc: RES: RES: Validação de proposta

Mariana Conceicao de Melo Pedrosa para: Leandro  
Gadelha  
Dourado

11/01/2019 16:25

Classificação: Documento Controlado  
Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES - Uso no âmbito interno  
Unidade Gestora: AARH/DEPARH (classificação conforme OS PRESI 01/2015)

Oi Gadelha,

segue a confirmação da Helena sobre a validade da proposta.

Bj,



**Mariana C. de Melo Pedrosa - Bibliotecária - CRB/7-6477**

Centro de Pesquisa de Informações e Dados - COPED

Área de Administração e Recursos Humanos - AARH

Av. República do Chile, 100 - 1º andar, E09

Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20031-917

Telefone: +55 21 3747-6728

www.bndes.gov.br

----- Repassado por Mariana Conceicao de Melo Pedrosa /BNDES em 11/01/2019 16:23 -----

De: "Helena de Souza Silva" <helena@editoraforum.com.br>  
Para: <mariana.melo@bndes.gov.br>  
Cc: "Presidência - Editora Fórum" <presidencia@editoraforum.com.br>  
Data: 11/01/2019 16:07  
Assunto: RES: RES: Validação de proposta

Prezada Mariana, boa tarde.

Excelente noticia!

Confirmamos a validade da Proposta e ficamos no aguardo.

Desejamos um 2019 de muito sucesso!

Att.

Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
Adjunto



**Helena de Souza Silva**

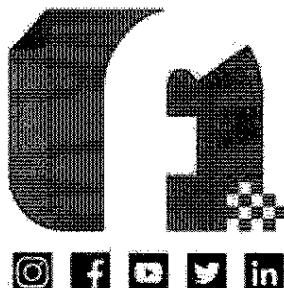
Relacionamento Key Account

+55 (31) 2321-4909

helenas@editoraforum.com.br

www.editoraforum.com.br

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º andar  
Savassi Belo Horizonte/MG - CEP: 30130-012



## AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

**Esta mensagem, bem como seus anexos, pode conter informações confidenciais e/ou privilegiadas e possui destinação específica. Em caso de recebimento do presente e-mail**

**por engano, solicita-se a gentileza de comunicar o equívoco ao remetente e apagar a mensagem imediatamente. A divulgação, distribuição, alteração e/ou cópia desta comunicação,**

**ou qualquer outra ação executada com uso das informações aqui contidas, sem autorização expressa de seus autores, constitui obtenção dedados por meio ilícito e a Editora Fórum Ltda**

**se reserva ao direito de pleitear ressarcimento pelos prejuízos decorrentes do eventual uso indevido das informações contidas nesta mensagem e de requerer a aplicação das penalidades**

**cabíveis.**

**De:** mariana.melo@bndes.gov.br [mailto:mariana.melo@bndes.gov.br]

**Enviada em:** quinta-feira, 10 de janeiro de 2019 16:07

**Para:** Helena de Souza Silva

**Assunto:** Re: RES: Validação de proposta


Classificação: Documento Controlado

Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES – Uso no âmbito interno

Unidade Gestora: AARH/DEPARH (classificação conforme OS PRESI 01/2015)

Boa tarde, Helena

Tudo bem?

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUAARH/GCJ



Retornei de férias e falando agora há pouco com o jurídico, eles me retornaram que contrato sairá até o dia 18/01, final da próxima semana.

Como você havia dado a confirmação da validade da proposta até 31/12, poderia apenas me confirmar que ela continua válida?

Desejo a você um ótimo 2019!

Atenciosamente,



**Mariana C. de Melo Pedrosa - Bibliotecária - CRB/7-6477**

Centro de Pesquisa de Informações e Dados - COPED

Área de Administração e Recursos Humanos - AARH

Av. República do Chile, 100 - 1º andar, E09

Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20031-917

Telefone: +55 21 3747-6728

[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)


De: "Helena de Souza Silva" <[helena@editoraforum.com.br](mailto:helena@editoraforum.com.br)>  
Para: <[editora@bndes.gov.br](mailto:editora@bndes.gov.br)>  
Cc: <[mariana.melo@bndes.gov.br](mailto:mariana.melo@bndes.gov.br)>  
Data: 03/01/2019 12:30  
Assunto: RES: Validação de proposta

Prezada Caroline, boa tarde!

Você tem notícias do processo da Editora Fórum?

Agradeço desde já e aguardo retorno.


Atenciosamente,

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.519  
AJ/JUAARH/C



# Helena de Souza Silva

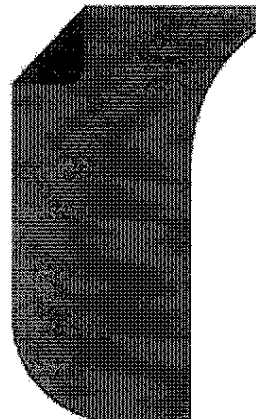
Relacionamento Key Account

 +55 (31) 2121-4909

 [helena@editoraforum.com.br](mailto:helena@editoraforum.com.br)

 [www.editoraforum.com.br](http://www.editoraforum.com.br)

 Av. Afonso Pena, 2770 - 15º andar  
Savassi Belo Horizonte/MG - CEP: 30130-012



## AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

Esta mensagem, bem como seus anexos, pode conter informações confidenciais e/ou privilegiadas e possui destinação específica. Em caso de recebimento do presente e-mail

por engano, solicita-se a gentileza de comunicar o equívoco ao remetente e apagar a mensagem imediatamente. A divulgação, distribuição, alteração e/ou cópia desta comunicação,

ou qualquer outra ação executada com uso das informações aqui contidas, sem autorização expressa de seus autores, constitui obtenção dedados por meio ilícito e a Editora Fórum Ltda

se reserva ao direito de pleitear ressarcimento pelos prejuízos decorrentes do eventual uso indevido das informações contidas nesta mensagem e de requerer a aplicação das penalidades

cabíveis.


**De:** [caroline.brito@bndes.gov.br](mailto:caroline.brito@bndes.gov.br) [<mailto:caroline.brito@bndes.gov.br>] **Em nome de**  
[editora@bndes.gov.br](mailto:editora@bndes.gov.br)

**Enviada em:** sexta-feira, 28 de dezembro de 2018 12:21

**Para:** Helena de Souza Silva

**Cc:** [mariana.melo@bndes.gov.br](mailto:mariana.melo@bndes.gov.br)

**Assunto:** Validação de proposta

  
Leandro G. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUAARH/GE

Boa tarde, Helena. Tudo bem?

A Mariana está de férias e o nosso setor jurídico acabou de ligar pedindo para confirmar a validade da proposta abaixo. Você poderia fazê-lo, por favor? Precisamos de um retorno no dia de hoje ainda, por favor.

Quaisquer dúvidas, estou à disposição - Caroline Brito - ramal 7589

**Favor responder este e-mail a editora ([editora@bndes.gov.br](mailto:editora@bndes.gov.br)).**



Centro de Pesquisa de Informações e Dados - COPED


Av. República do Chile, 100 – 1º andar

Rio de Janeiro, - RJ – Brasil – CEP 20031-917

Fax: +55 21 2052-6256

"O remetente desta mensagem é responsável por seu endereçamento, seu conteúdo e seus anexos. Cabe a seus destinatários, inclusive aqueles copiados na mensagem, tratá-la adequadamente, com observância da legislação em vigor e dos normativos internos do BNDES, quando cabível. São proibidas, sem a devida autorização, a sua divulgação, reprodução e distribuição. A inobservância das proibições será passível de aplicação de sanções cíveis, criminais e disciplinares, quando cabíveis. Se você recebeu esta mensagem indevidamente, antes de removê-la de sua caixa postal, solicita-se o reenvio ao remetente, informando o ocorrido."

"The sender of this message is responsible for its addressing, contents and attachments. The receiver, including those copied in the message, is obliged to use it properly, in compliance with the law in effect and the BNDES' internal rules, if applicable. It is prohibited to disclose, reproduce and distribute e-mail messages without due consent. Failure to obey these instructions may give rise to civil, criminal or disciplinary measures, if applicable. If you have improperly received this e-mail, we kindly request you to forward the message to the sender stating the error prior to deleting it from your inbox."

  
Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.341  
AJJUAARH



"O remetente desta mensagem é responsável por seu endereçamento, seu conteúdo e seus anexos. Cabe a seus destinatários, inclusive aqueles copiados na mensagem, tratá-la adequadamente, com observância da legislação em vigor e dos normativos internos do BNDES, quando cabível. São proibidas, sem a devida autorização, a sua divulgação, reprodução e distribuição. A inobservância das proibições será passível de aplicação de sanções cíveis, criminais e disciplinares, quando cabíveis. Se você recebeu esta mensagem indevidamente, antes de removê-la de sua caixa postal, solicita-se o reenvio ao remetente, informando o ocorrido."

"The sender of this message is responsible for its addressing, contents and attachments. The receiver, including those copied in the message, is obliged to use it properly, in compliance with the law in effect and the BNDES' internal rules, if applicable. It is prohibited to disclose, reproduce and distribute e-mail messages without due consent. Failure to obey these instructions may give rise to civil, criminal or disciplinary measures, if applicable. If you have improperly received this e-mail, we kindly request you to forward the message to the sender stating the error prior to deleting it from your inbox."



Leandro G. D. Nogueira  
Gerente  
OAB/RJ 132.549  
AJ/JUAARH/GF

